



Departamento de História

Guiné-Bissau: que políticas culturais?

Sara Gomes Santana

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Estudos da Cultura, especialização em Gestão Cultural

Orientador:

Doutor José Soares Neves, Professor Auxiliar Convidado
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2015

Dedicatória

À minha filha Carolina.

Agradecimentos

Os meus agradecimentos ao Prof. José Soares Neves pelas sábias orientações, pela sua disponibilidade e pelo seu rigor profissional.

Ao meus pais, pelo seu amor e apoio incondicionais e por me terem garantido sempre todas as condições necessárias para que pudesse concretizar o meu Mestrado.

Ao Eduardo, pela sua eterna paciência, dedicação, incentivo e companheirismo.

À minha irmã e ao Carlos, por me ajudarem sempre e em todas as situações.

Ao Pedro e à Adelina, pela sua ajuda e amizade e por me terem dado pistas de trabalho que permitiram enriquecer a minha dissertação.

Ao Tio Beto, pelo caloroso acolhimento em sua casa, em Bissau, e por me ter permitido trabalhar no seu local de trabalho.

Ao Tio Gui e Tia Luísa, por tão bem me terem recebido em sua casa, em Dakar.

À Raquel (tão distante mas tão presente), pela sua amizade.

À Marta, pela sua motivação e pelas críticas que teceu ao meu trabalho.

À Maria, pela sua compreensão e cumplicidade nesta fase final de redação.

A todas as pessoas que colaboraram prontamente nesta pesquisa, nomeadamente: Miguel de Barros (que tantas vezes me facultou informações essenciais para a elaboração do meu trabalho), Tio Adriano Ferreira "Atchutchi", Dr. Tomás Barbosa, Dr. João Cornélio, Dr^a. Odete Semedo, Dr. Carlos Vaz, Flora Gomes, José Manuel Fortes, Prof. Fafali Koudawo (já falecido), Ector Cassamá, Dr^a. Minhone Seidi, Abdulai Sillá, Edison Gomes Ferreira, Tio "Duque" (Óscar Cunha), Mariana Ferreira e Gorka Gamarra.

Os meus agradecimentos vão, também, para todos os amigos, colegas e familiares que, de uma forma ou de outra, deram-me força para não desistir e que tornaram este percurso um pouco mais leve, em particular, à família da Guiné-Bissau (Tia Nonó, Tia Lisete, Tio Rui e sua esposa, entre tantas outras pessoas) que me encheu de mimos durante a minha estadia em Bissau, e à Ana Miranda, que abriu as portas da sua casa para que eu pudesse trabalhar.

Resumo

O presente trabalho consiste num estudo sobre o estado atual das políticas culturais na Guiné-Bissau, tendo como principal objetivo a identificação e análise das políticas culturais públicas delineadas pelo IX Governo Constitucional Guineense, refletindo sobre a sua adequação face à situação económica, social e cultural do país.

Para alcançar o objetivo proposto, procedeu-se a um enquadramento teórico de 3 conceitos-chave – cultura, desenvolvimento e políticas culturais – conciliado com uma experiência empírica no terreno e com o estudo de documentos oficiais e não oficiais.

De forma a estruturar a informação recolhida, foi utilizada e adaptada às exigências do contexto a *Framework for Cultural Statistics*, elaborada pela UNESCO, em 2009.

Após a análise das informações recolhidas, observou-se que, embora grande parte dos setores culturais continuem a estar omissos do programa governamental, um trabalho importante em torno da construção de políticas para a cultura foi iniciado, depois de um longo período em que esta área esteve ausente da agenda pública.

Verificou-se, ainda, que devido à fragilidade política e económica do país e à urgência de resposta a inúmeros assuntos relacionados com a área da cultura, mas não só, será necessário criar as condições de base para o desenvolvimento de uma política sustentável que permita dar azo a transformações e efeitos positivos.

O trabalho apresentado pretende ser um contributo para a produção de conhecimento sobre o contexto cultural guineense e deverá ser, acima de tudo, entendido como mais um ponto de partida para uma investigação aprofundada e sistemática do tema.

Palavras-chave: Cultura, Políticas Culturais, Políticas Públicas, Guiné-Bissau

Abstract

This paper is a study about the current state of public cultural policies in Guinea-Bissau, which main objective is the identification and analysis of cultural policies outlined by IX Constitutional Government of Guinea-Bissau, reflecting on its adequacy in relation to the economic, social and cultural situation of the country.

To achieve the proposed objective, it proceeded to a theoretical framework of three key concepts - culture, development and cultural policies - reconciled with an empirical experience in the field and with the study of official and non-official documents.

In order to structure the information, the Framework for Cultural Statistics, drawn up by UNESCO, in 2009, was used and adapted to the context.

After analyzing the information gathered, it was observed that while much of the cultural sectors continue to be omitted from the government program, an important work around the construction of policies for culture was started, after a long period in which this area was absent from the public agenda.

It was found that due to political and economic fragility of the country and urgent need of response to numerous issues related to the area of culture, but not only, it is important to create the basic conditions for the development of a sustainable policy that will allow transformations and lead to positive effects.

The work presented is intended to contribute to the production of knowledge about the Guinean cultural context and should be, above all, understood as a contribution for a thorough and systematic investigation of the subject.

Keywords: Culture, Culture Policies, Public Policies, Guinea-Bissau

Índice

Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Resumo.....	iii
Abstract.....	iv
Índice	v
Índice de Figuras.....	vi
Glossário de Abreviaturas	vii
Introdução	1
1. Enquadramento teórico	3
1.1. Cultura <i>versus</i> culturas: espaços de interpretação	3
1.2. Cultura e Desenvolvimento: para uma perspetiva integradora	9
2. Metodologia.....	15
3. As políticas culturais em África.....	17
4. Políticas culturais públicas: o caso da Guiné-Bissau	19
4.1. Caracterização de um país.....	19
4.2. Uma perspetiva da intervenção pública guineense no domínio cultural: intenções, ações e omissões	21
4.3. O IX Governo Constitucional da Guiné-Bissau (2014-2018).....	27
4.3.1. As grandes orientações.....	27
4.3.2. A orgânica da tutela da cultura: a Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e do Desporto.....	28
4.3.3. As linhas programáticas para a cultura e as políticas setoriais	29
4.3.4. Políticas públicas locais: o Município de Bissau	48
5. Considerações finais	50
Bibliografia	53
Sitiografia	57
Fontes	57
Anexos	59
Anexo A - Lista de entrevistas exploratórias	59
Anexo B - Entrevista semi-diretiva à Dra. Minhone Seidi, diretora do SASGCJD da Câmara Municipal de Bissau	61
Anexo C - Grelha de apresentação dos governos constitucionais e provisórios da Guiné-Bissau.....	65
Anexo D - <i>Framework for Cultural Statistics</i> : políticas setoriais do IX Governo	70
Europass curriculum vitae.....	84

Índice de Figuras

Figura 1 - Resultados do inquérito desenvolvido pela Commonwealth Foundation sobre cultura e desenvolvimento.....	5
Figura 2 - <i>Framework for Cultural Statistics</i>	8
Figura 3 - Resultados do inquérito desenvolvido pela Commonwealth Foundation sobre cultura e desenvolvimento.....	9
Figura 4 - Gráfico representativo do crescimento económico na Guiné-Bissau entre os anos 1991 e 2013.....	22
Figura 5 - Estrutura orgânica da tutela da cultura.....	29
Figura 6 - Distribuição do financiamento disponível para os projetos previstos no eixo Desenvolvimento Humano, domínio de ação Cultura, Juventude e Desporto do Plano Estratégico e Operacional da Guiné-Bissau <i>Terra Ranka</i>	33
Figura 7 - Distribuição do financiamento disponível para os projetos previstos no eixo Biodiversidade e Capital Natural do Plano Estratégico e Operacional da Guiné-Bissau <i>Terra Ranka</i>	37

Glossário de Abreviaturas

ANP – Assembleia Nacional Popular
BES - Benessere Equo e Sostenibile
CAIA - Célula de Avaliação do Impacto Ambiental
CDEAO – Comunidade Económicas dos Estados da África Ocidental
CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
DENARP - Documento de Estratégia Nacional de Redução de Pobreza
FESTAC - Festival Nacional de Artes e Cultura
FNFDC - Fundo Nacional de Fomento Desportivo e Cultural
FCS - Framework for Cultural Statistics
GDA - Gabinete de Direito do Autor
GNH - Gross National Happiness
IBAP - Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas
ICOMOS – International Council on Monuments and Sites
IFACCA – International Federation of Arts Councils and Culture Agencies
IFCCD – International Federation of Coalitions for Cultural Diversity
IMC – International Music Council
INCA – Instituto Nacional do Cinema e Audiovisual
INEC – Instituto Nacional de Estatística e Censos
INJ - Instituto Nacional da Juventude
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INEP – Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa
ONG – Organização Não Governamental
OPCA – Observatório das Atividades Culturais em África
PAIC - Projeto de Apoio às Iniciativas Culturais
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNDC - Política Nacional do Desenvolvimento Cultural
PRS – Partido para a Renovação Social
RDH – Relatório do Desenvolvimento Humano
RNB – Rendimento Nacional Bruto
SASGCJD - Serviço de Ação Social, Género, Cultura, Juventude e Desporto
SEJCD – Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto
UCLG - United Cities and Local Governments
UE – União Europeia

UEMOA – União Económica e Monetária do Oeste Africano

UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Introdução

As unidades curriculares integradas no plano de estudos do Mestrado e o conhecimento nelas adquirido, foram cruciais para uma reflexão mais profunda sobre o tema proposto bem como para o processo de elaboração da dissertação. Os conteúdos trabalhados ao longo dos dois anos de curso permitiram, não só, consolidar conceitos como, também, aperfeiçoar metodologias de trabalho e de estudo, bases fundamentais para a construção de um espírito mais crítico e melhor fundamentado.

Por outro lado, a frequência no Mestrado, possibilitou uma privilegiada aproximação com profissionais, professores e colegas, cuja experiência na área da cultura foi uma fonte de inspiração e uma ponte para novas realidades e conhecimentos.

A vontade de apresentar este tema resultou de um cruzamento de experiências pessoais, académicas e profissionais. Em primeiro lugar, o interesse particular pelas sociedades africanas e o interesse geral pelas questões e problemáticas levantadas em torno da cultura, aliados a uma série de vivências passadas na Guiné-Bissau, levaram a que centrasse a atenção sobre o contexto cultural guineense.

Em segundo lugar, face à reduzida produção de trabalhos científicos sobre o contexto cultural guineense, percebeu-se que seria uma oportunidade apresentar um trabalho que viesse contribuir para o enriquecimento da produção de conhecimento neste âmbito, o que levou a que se direcionasse a atenção para um tema que refletisse sobre as dinâmicas culturais atuais da sociedade guineense.

O tema das políticas culturais despertou particular interesse por duas razões: precisamente porque permitia refletir sobre a atualidade, com enfoque sobre o estado da cultura do País, e porque é um tema não só de interesse mas também essencial para os artistas e agentes culturais que pretendam desenvolver a sua atividade profissional, sobre ou na Guiné-Bissau.

Perceber quais os objetivos, estratégias e metas propostas pelo Estado para a cultura, que tipo de apoios e programas públicos existem e perceber qual o papel desempenhado pelos organismos internacionais e pelo terceiro setor, foram algumas das questões colocadas.

Com um período de tempo limitado, foi, então, proposto como principal objetivo identificar as políticas culturais públicas do IX Governo Constitucional da Guiné-Bissau – aquele em exercício durante a realização da dissertação -, enquadrando-as no contexto histórico, político, social e cultural do país, com a expectativa otimista de apresentar um trabalho que venha a ser uma ferramenta útil para situar a realidade atual guineense e contribuir para a realização de novas pesquisas e estudos de acrescido valor.

Do ponto de vista da estrutura expositiva, o presente trabalho divide-se em 5 capítulos. O Capítulo I corresponde ao Enquadramento Teórico que se debruça sobre os conceitos de cultura e desenvolvimento, trabalhados a partir da leitura de uma vasta bibliografia. O esclarecimento destes dois conceitos pareceu ser bastante importante tendo em conta as múltiplas interpretações e abordagens sobre os mesmos.

O Capítulo II apresenta a metodologia desenvolvida durante o processo de investigação, procedendo à descrição das etapas realizadas e ferramentas recorridas.

O Capítulo III aborda especificamente o conceito de políticas culturais tendo como pano de fundo o continente africano e o trabalho nele desenvolvido.

O Capítulo IV, o mais extenso, é dedicado ao caso da Guiné-Bissau. É feita, inicialmente, uma caracterização do país, tendo como referências informações geográficas, sociais, económicas, históricas, demográficas e culturais, e em seguida uma abordagem à intervenção pública no domínio cultural.

Num terceiro momento do mesmo capítulo é desenvolvida a análise do Programa Governamental do IX Governo Constitucional da Guiné-Bissau (doravante referido por Programa do IX Governo), referindo as grandes orientações, a orgânica da tutela da cultura (a SEJCD), as linhas programáticas para os diferentes setores culturais, e, ainda, as políticas locais propostas para o Município de Bissau. Serão, igualmente, analisados o documento Plano de Ações – Quatro Ações/Realizações Prioritárias, da SEJCD, e as resoluções da III Conferência Nacional da Cultura.

Para finalizar, o Capítulo V apresenta as principais conclusões do trabalho e algumas propostas de reflexão em torno do tema estudado.

1. Enquadramento teórico

Proceder a um devido enquadramento teórico tornou-se fundamental para a justificação dos conceitos explorados ao longo do trabalho e para a conseqüente fundamentação deste último. A conceptualização permitiu, por um lado, estruturar o discurso e as ideias defendidas e, por outro, facilitar o processo de operacionalização do trabalho.

Neste sentido, a escolha dos conceitos e das dimensões analisadas foram a linha orientadora de todo o processo de elaboração da dissertação, tendo sido identificados e desenvolvidos três conceitos-chave que se articulam entre si: cultura, desenvolvimento e políticas culturais, sendo, este último, abordado no terceiro capítulo.

1.1. Cultura *versus* culturas: espaços de interpretação

Our biggest problem in cultural policy is not,
I would suggest,
lack of resources, lack of will,
lack of commitment or even
lack of policy co-ordination to date.
It is, rather, a misconstrual
or only partial formulation and recognition
of the policy object itself: culture.

Colin Mercer (UNESCO, 1995: 229)

A reflexão em torno das políticas culturais evoca, necessariamente, as possibilidades de interpretação sobre conceito de cultura: tal como Isaura Botelho refere, “uma política cultural que defina seu universo a partir do pressuposto de que ‘cultura é tudo’ não consegue traduzir a amplitude deste discurso em mecanismos eficazes que viabilizem sua prática” (Botelho, 2001: 75).

Ainda que se considere pertinente fazer uma análise do conceito sob o ponto de vista das ciências sociais, não se pretende com isso escrever a história semântica do termo nem tão pouco encontrar uma definição conclusiva. Pretende-se, antes, apresentar um enquadramento teórico e reflexivo que sensibilize, por um lado, para a complexidade da palavra (complexidade essa que torna, muitas vezes, difícil a tarefa de saber dominá-la no discurso) e que permita, por outro, conhecer as possibilidades de aplicação do termo para uma compreensão mais aprofundada da sua relação com o tema das políticas culturais.

A dificuldade que existe em encontrar-se uma definição consensual está diretamente relacionada com a extensa teorização do conceito que impediu que fosse criado o espaço necessário para uma única definição. Desde a primeira definição científica de cultura, apresentada por Edward Tylor, em 1871, na obra *The Primitive Culture* (Tylor, 1871), várias

outras definições e teorias foram surgindo, contrapondo-se, mas dialogando entre si. As visões contemporâneas sobre o conceito resultam, assim, de um processo cumulativo que integra uma complexa rede de significados anteriores que vão sendo repensados à medida que os tempos mudam, e com eles as sociedades.

No plano das instituições transnacionais é de realçar, em particular, o esforço realizado pela UNESCO em promover reflexões regulares em torno do conceito, evidenciando a necessidade de se ir “atualizando” a perspectivas sobre a cultura. As várias publicações feitas e os encontros promovidos, bem como as conclusões daí derivadas, mostram que o conceito não é estanque. Se em 1982, na *World Conference on Cultural Policies – MONDIACULT*, a cultura era entendida como

the whole complex of distinctive spiritual, material, intellectual and emotional features that characterize a society or social group. It includes not only the arts and letters, but also modes of life, the fundamental rights of the human being, value systems, traditions and beliefs; that it is culture that gives man the ability to reflect upon himself (UNESCO, 1982: 1).

em 2001, na *Universal Declaration on Cultural Diversity*, o conceito é enriquecido com as ideias de criatividade, inovação e diversidade:

Culture takes diverse forms across time and space. This diversity is embodied in the uniqueness and plurality of the identities of the groups and societies making up humankind. As a source of exchange, innovation and creativity, cultural diversity is as necessary for humankind as biodiversity is for nature. In this sense, it is the common heritage of humanity and should be recognized and affirmed for the benefit of present and future generations (UNESCO, 2002: 62).

Em 2005, uma nova interpretação sobre a diversidade cultural é proposta pela UNESCO, onde as diferentes formas de criação artística, produção, disseminação, distribuição e apreciação surgem enquanto formas de manifestação dessa mesma diversidade:

“Cultural diversity” refers to the manifold ways in which the cultures of groups and societies find expression. These expressions are passed on within and among groups and societies. Cultural diversity is made manifest not only through the varied ways in which the cultural heritage of humanity is expressed, augmented and transmitted through the variety of cultural expressions, but also through diverse modes of artistic creation, production, dissemination, distribution and enjoyment, whatever the means and technologies used (UNESCO, 2005: 5).

Embora haja uma reflexão coletiva no circuito especializado, os significados atribuídos à palavra “cultura” variam, muitas vezes, de caso para caso. No senso comum é frequente assumir-se a existência de diferentes níveis de evolução que comparam as culturas entre si; outras posições defendem a ideia de que cada cultura deverá ser preservada como se de

um produto fechado se tratasse, ignorando os processos de globalização que decorrem a todo o momento, ou ainda que a cultura é só apreciada por alguns ou, pelo contrário, é tudo aquilo que nos rodeia e é produzido pelo ser humano.

Entende-se, assim, que a leitura individual do conceito está dependente de uma pré-seleção de significados que advêm da relação com o conceito (Figura 1) e daquilo que se considera ser relevante para a sua construção:

An emphasis on identity looks at culture primarily in its anthropological sense: beliefs, values, social structures and social markers such as dress, language or cuisine (...) Other perspectives of culture focus on creativity and emphasis the importance of cultural expression (for example, arts and crafts, literature, performing arts, film, music and oral storytelling) (Commonwealth Foundation, 2008: 13).

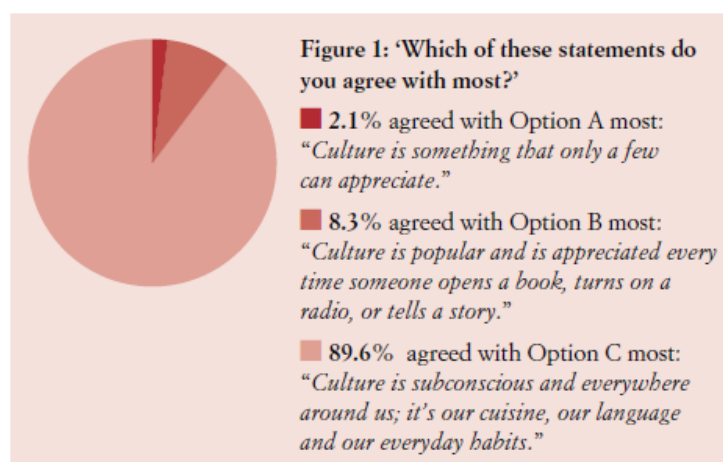


Figura 1 – Resultados do inquérito desenvolvido pela Commonwealth Foundation sobre cultura e desenvolvimento (Commonwealth Foundation, 2008: 12)

As diferentes aceções da palavra parecem estar associadas, não só com à experiência individual de cada sujeito bem como às suas referências, que incluem o *background* académico e profissional, as relações interpessoais, o acesso facilitado, ou não, às fontes de informação e conhecimento, o próprio meio sociocultural onde está inserido, mas principalmente por estarem em causa várias possibilidades de significados que afetam a própria interpretação do conceito e que abrem o espectro de interpretação.

O extenso trabalho desenvolvido pela Antropologia e pela Sociologia à volta do termo tem feito sentir-se, de uma maneira ou de outra, na forma como se tem pensado o tema da cultura. No artigo intitulado *Dimensões da Cultura e Políticas Públicas*, Isaura Botelho faz uma distinção entre as duas abordagens:

Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas, ou seja, a cultura é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando (Botelho, 2001: 74).

Ao contrário desta,

a dimensão sociológica não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado: é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. (...) Em outras palavras, a dimensão sociológica da cultura refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria. Ela compõe um universo que gere (ou interfere em) um circuito organizacional (Botelho, 2001: 74).

Propondo uma leitura mais “compartimentada”, o sociólogo José Madureira Pinto (1994, 1995 e 1997), citado por António Firmino da Costa, sugere, antes, a existência de diferentes espaços sociais de afirmação cultural, ultrapassando a distinção entre aquilo que possa ser antropológica ou sociologicamente cultural:

o espaço da cultura chamada “erudita” ou “cultivada”, sobrelegitimado face a todos os outros (...), o espaço das indústrias culturais, relativo à chamada – também com reservas – “cultura de massas” (...), o espaço organizado das subculturas dominadas e emergentes (...), onde se incluem desde o artesanato tradicional até ao novo artesanato urbano, passando pelas bandas, grupos de dança folclórica ou de salão, teatro amador e exposições de colectividade (...), o espaço colectivo, quer o público (por exemplo, da festa urbana), quer o reservado (da convivialidade de café, de bar, de discoteca) (...), o espaço doméstico, desde as meras práticas receptoras (de televisão, sobretudo) até às práticas com significativo coeficiente criativo, como o artesanato ou as actividades amadoras de música, fotografia ou vídeo (Costa, 1997: 2).

Maria de Lourdes Lima dos Santos alerta-nos, por seu lado, para a fragilidade operacional e para um certo preconceito inerente às classificações atribuídas às diferentes culturas, nomeadamente no que diz respeito às categorizações de grande cultura, cultura popular e cultura de massas (Santos, 1988: 693), que não só limitam o campo de análise como lhes acabam por atribuir diferentes níveis de legitimidade e, conseqüentemente, de importância.

Mas se é verdade que esta noção nos ajuda a olhar para as expressões culturais¹ de uma forma mais “arrumada”, também é verdade que esta especialização leva a que, muitas vezes, se cometa o equívoco de isolar estas dimensões sem ter em conta as possíveis relações entre elas.

¹ Expressões culturais são, aqui, entendidas com o sentido adotado na *Convention on the Protection and Promotion of Diversity of Cultural Expressions*, de 2005: “Those expressions that result from the creativity of individuals, groups and societies, and that have cultural content” (UNESCO, 2005: 5).

O estudo *Impactos culturais da Expo'98* ajuda-nos precisamente a desmistificar a categorização de duas dimensões da cultura, aparentemente dissociadas entre si: uma primeira, que associa exclusivamente a cultura ao campo de especialização das “obras eruditas”, e uma segunda abordagem, muito mais ampla, que utiliza o conceito para designar “todos os aspectos da existência humana em sociedade que comportam elementos de sentido” (Santos, Costa et al., 1999: 12).

O afastamento que coloca as duas dimensões em polos opostos cria uma espécie de redoma conceptual que é necessário diluir. O estudo salienta, por isso, o papel das “próprias dinâmicas culturais contemporâneas” (Santos, 1999: 12) para o entendimento da(s) cultura(s) e para a renovação do olhar estático sobre a realidade.

Reforçando esta ideia, Maria de Lourdes Lima dos Santos propõe, assim, três características da cultura: a da pluralidade das culturas numa sociedade, o entrosamento entre elas e a conflitualidade que possa advir dessa coexistência (Santos, 1988: 690).

A chave para uma perspetiva mais holística da cultura parece estar no reconhecimento de um mundo caracterizado pela sua diversidade cultural, manifestada pelo saber, pelo fazer e pela capacidade (re)criadora dos indivíduos, e complexamente unido precisamente pelas suas diferenças.

Mas a consciência desta coexistência integrada, mas nem por isso pacífica, de modos de expressão tão diversos, pressupõe uma atitude mais crítica no que diz respeito ao estudo da cultura e, neste caso em particular, das políticas culturais: Qual, afinal, o nosso objeto de estudo quando falamos em cultura e de que forma podemos relacioná-lo com as políticas públicas?

De forma a permitir uma análise mais pragmática, foi adoptada como ferramenta de análise a FCS, organizada pela UNESCO, em 2009, e que propõe um conjunto de domínios e subdomínios culturais (Figura 2 e Anexo 4).

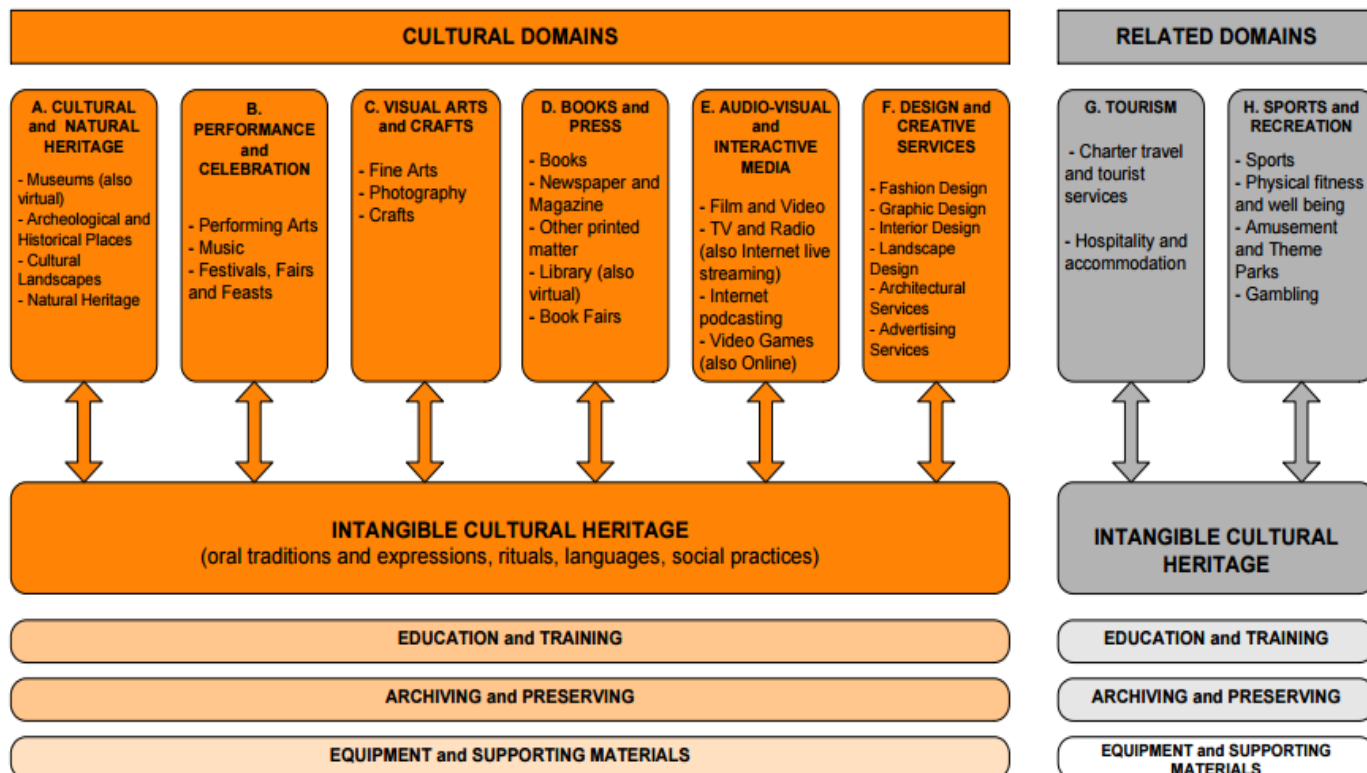


Figura 2 – Framework for Cultural Statistics (UNESCO, 2009: 24)

1.2. Cultura e Desenvolvimento: para uma perspectiva integradora

Assumindo que a cultura contribui, em múltiplos sentidos, para o desenvolvimento do indivíduo e das sociedades em geral, considera-se ser essencial articular o tema das políticas culturais com as problemáticas do desenvolvimento (Figura 3).

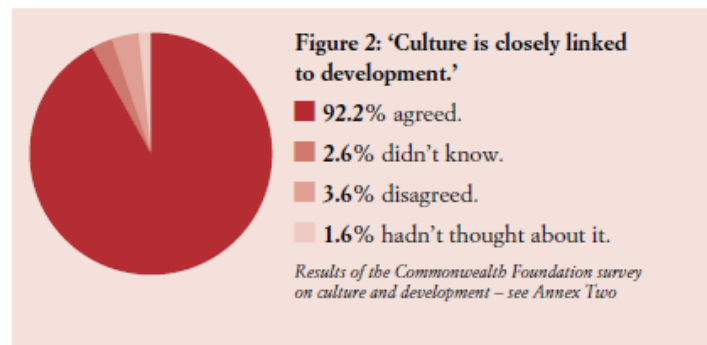


Figura 3 - Resultados do inquérito desenvolvido pela Commonwealth Foundation sobre cultura e desenvolvimento (Commonwealth Foundation, 2008: 14)

O desafio que se coloca *a priori* quando se fala em desenvolvimento é, precisamente, saber a que desenvolvimento nos referimos. Em *Our Creative Diversity* (UNESCO, 1996) é feita uma distinção entre duas possíveis abordagens sobre o conceito que coloca por um lado, o desenvolvimento sob uma perspetiva de crescimento económico, e, por outro, enquanto alargamento de oportunidades:

According to one view, development is a process of economic growth, a rapid and sustained expansion of production, productivity and income per head (sometimes qualified by insistence on a wide spread of the benefits of this growth). According to the other, espoused by UNDP's annual *Human Development Report* and by many distinguished economists, development is seen as a process that enhances the effective freedom of the people involved to pursue whatever they have reason to value (UNESCO, 1996: 22).

Para o segundo ponto de vista, o ser humano e as suas oportunidades de escolha são colocados no centro do (seu) próprio desenvolvimento (*human development*); trata-se de expandir o "leque de escolhas das pessoas" de forma a poderem "ter uma vida saudável, produtiva e segura" (PNUD, 2014: 33).

Desenvolvimento será, portanto, um processo individual, que se manifesta coletivamente, para o qual se torna necessário criar as condições que permitam ao indivíduo viver segundo os seus próprios parâmetros de bem-estar e felicidade.

Se nos referimos a um processo centrado em escolhas, vontades e "bem-estares" individualizados, mas coletivamente partilhados, uma das questões mais importante a

debater relaciona-se com os critérios utilizados que permitam avaliar o desenvolvimento dos indivíduos. Segundo a perspectiva do economista Amartya Sen, e assumindo que o desenvolvimento está intimamente ligado à liberdade de escolha do sujeito (*freedom of choice*), enquadrada, por sua vez, num contexto social e culturalmente específico, será difícil criar um conjunto de critérios que permitam fazer uma avaliação precisa desse processo:

In focusing on freedoms in evaluating development, it is not being suggested that there is some unique and precise "criterion" of development in terms of which the different development experiences can always be compared and ranked. Given the heterogeneity of distinct components of freedom as well as the need to take note of different persons' diverse freedoms, there will often be arguments that go in contrary directions. (...) is not so much to order all states - or all alternative scenarios - into one "complete ordering," but to draw attention to important aspects of the process of development, each of which deserves attention (Sen, 1999: 33).

O IDH, criado em 1990 por Amartya Sen e por Mahbub ul Haq, corresponde à medida utilizada pelo PNUD para avaliar os processos de desenvolvimento dos países, comparando-os e classificando-os quantitativamente em termos de desenvolvimento humano. Essa avaliação tem como base 3 dimensões: uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno (PNUD, 2014: 169).

Embora o método forneça dados importantes, não parece, contudo, ser suficientemente integrador por não serem respeitadas as particularidades de cada país, através da aplicação de critérios generalizadores, reduzindo os países a números e graus de desenvolvimento comparativos, que concorre para uma estigmatização por parte dos países com um IDH superior, e um sentimento de inferiorização por parte daqueles que apresentam um IDH baixo, por não serem considerados outros aspetos que possam ser essenciais para os próprios indivíduos e para as suas concepções de desenvolvimento, e por estarem omissas outras dimensões importantes e intrínsecas aos processos de desenvolvimento, nomeadamente a cultura, o ambiente e a própria noção de felicidade.

Outras medidas têm surgido como forma de apresentar abordagens alternativas sobre o processo de desenvolvimento e formas de o "avaliar". O GNH e o BES são duas delas.

A primeira medida, desenvolvida no Butão e mais antiga que o IDH, tendo sido criada nos anos 70 do século XX e, posteriormente, adaptada, consiste numa abordagem holística do ser humano tendo como ponto de partida o conceito de "felicidade" da população butanesa, estando, assim, adequada às expectativas e valores, de alguma forma, partilhados pelas populações².

² Website do GNH: <http://www.grossnationalhappiness.com/articles/>.

O BES, por sua vez, foi criado de forma a identificar os elementos que estão na base do “bem-estar” em Itália. Um dos aspetos a valorizar neste trabalho é a realização de um diálogo próximo e direto, não só com especialistas de diferentes áreas (saúde, ambiente, emprego, economia, etc.), mas com a própria sociedade italiana, nomeadamente com cidadãos “comuns”, instituições, parceiros sociais e ONG’s numa busca por compreender a perspetiva do país sobre o “seu” conceito de “bem-estar” (BES, 2013).

Quando se fala em liberdade, ou antes, em *liberdades* (liberdade individual, liberdade coletiva, liberdade de escolha, liberdade de oportunidades, liberdade para ser, liberdade para fazer, liberdade para se ser feliz), será, portanto, redutor referir-nos apenas ao acesso facilitado (ou não) a bens materiais como medida de avaliação para níveis de desenvolvimento. Embora fatores económicos contribuam em larga medida para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a reflexão sobre o desenvolvimento não deverá basear-se exclusivamente numa abordagem económica desse processo: é necessário enquadrar várias dimensões que lhe afectam e que afetam a própria liberdade do indivíduo, tais como o acesso à educação e aos cuidados de saúde ou o exercício dos direitos civis e políticos.

A dimensão cultural encontra-se, igualmente, incluída no processo de desenvolvimento. Desde a segunda metade do século XX vários estudos, reflexões e propostas de trabalho têm colocado em dialética os dois conceitos reconhecendo a pertinência e a importância em se associar o campo da cultura (entendida tanto no sentido mais antropológico como do saber instituído) aos processos de desenvolvimento.

Em 1990, proclamava-se a *World Decade for Cultural Development*, um plano de ação que previa um programa de atividades a concretizar até ao final da década de 90 com o objetivo de reforçar a dimensão cultural no processo de desenvolvimento, impulsionando a participação das populações na vida cultural, a partilha entre diferentes culturas e a valorização das diferentes identidades culturais, promovendo o bem-estar global dos indivíduos (UNESCO, 1990).

A Conferência de Estocolmo, realizada anos mais tarde, em 1998, veio reforçar, uma vez mais, a importância de se integrar a dimensão cultural no processo de desenvolvimento do indivíduo, defendendo, não só, que o desenvolvimento sustentável e o florescimento da cultura são interdependentes como também que um dos principais objetivos do desenvolvimento humano corresponde à realização social e cultural do indivíduos (Nora et al., 2007).

Em 2004, a organização UCLG aprovou a *Agenda 21 for Culture*, assumindo-a como documento orientador das políticas públicas de cultura e uma “contribuição para o desenvolvimento cultural da humanidade” (UCLG, 2008: 7). Um outro documento elaborado

pela UCLG, sobre o mesmo programa, propõe que a cultura seja entendida como o quarto pilar para o desenvolvimento sustentável, ideia pioneira de Jon Hawkes, complementando, assim, os 3 pilares anteriormente discutidos e aceites: economia, inclusão social e ambiente (UCLG, 2009: 16).

Mais recentemente, em 2013, o congresso internacional *Culture: Key to Sustainable Development*, decorrido em Hangzhou (China), teve como objetivo discutir a necessidade de colocar a cultura nas agendas políticas para o desenvolvimento:

The extraordinary power of culture to foster and enable truly sustainable development is especially evident when a people-centered and place-based approach is integrated into development programs and peace-building initiatives.

We also reaffirm the potential of culture as a driver for sustainable development, through the specific contributions that it can make – as knowledge capital and a sector of activity – to inclusive social, cultural and economic development, harmony, environmental sustainability, peace and security (*Hangzhou Declaration*, 2013: 2).

Tendo como base a *Hangzhou Declaration*, mas também outros documentos, tais como o *Outcome Document of the Conference on Sustainable Development Rio+20* (2012), a *Universal Declaration on Cultural Diversity* (2001) e a *Mexico City Declaration on Cultural Policy* (1982), e em resposta à ausência de estratégias para a cultura no âmbito dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, a *Agenda 21 for Culture*, em conjunto com a IFACCA, a IFCCD, a Culture Action Europe, a Arterial Network, o IMC e o ICOMOS, lançaram uma campanha sob o slogan *The Future We Want Includes Culture* com a missão de se desenvolver um trabalho de *advocacy* junto dos Estados Membros das Nações Unidas com vista a inclusão da cultura nos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável pós-2015.

Não apenas sob o ponto de vista económico, através da criação de emprego e geração de receitas nas áreas das artes, património, indústrias criativas e turismo cultural, entre outras, a cultura contribui efetivamente para o desenvolvimento global do ser humano.

O respeito pela diversidade cultural e o direito à expressão, perpetuação e reinterpretação de costumes e tradições (que respeitem a dignidade humana) nucleares às identidades individual e coletiva, são fundamentais para um desenvolvimento integrador e pleno do indivíduo, por conferirem a liberdade de escolha necessária aos indivíduos para serem aquilo que desejam ser e manifestarem os seus valores e crenças.

O sentido de pertença e de integração cultural funcionará, igualmente, como um fator de desenvolvimento humano por permitir ao indivíduo sentir-se identificado e compreendido pelo e com o outro, partilhando ideais e valores que concorrem para a construção de novas realidades e para o bem-estar comum.

Por outro lado, o conhecimento mais aprofundado das diferenças culturais e consequentemente o respeito por essas mesmas diferenças poderão constituir um veículo para a fomentação da paz contribuindo para uma maior coesão social e cultural mas também para a autodescoberta e a descoberta do “outro”:

Inclusive social development is an area where the intrinsic value of culture is often acknowledged, with culture being recognized as providing a sense of belonging and of being part of a cohesive community (...) In addition, safeguarding and respecting cultural diversity helps foster an environment that is conducive to tolerance and mutual understanding and one where minorities are acknowledged and society as a whole is more inclusive, stable and resilient (Hayachi et al., 2011: 3).

O acesso aos bens culturais e artísticos bem como a própria produção estimulam, por sua vez, a criatividade, o sentido de inovação e o pensamento crítico e contribuem para o enriquecimento intelectual, proporcionando novas oportunidades e campos de ação para o indivíduo. O contacto com as várias formas de artes, seja através do seu “consumo ativo” ou através da sua produção, permite ao sujeito (re)pensar a realidade e novas formas de agir sobre aquilo que o rodeia:

arts are the creative imagination at work (and play). Its techniques involve improvisation, intuition, spontaneity, lateral thought, imagination, co-operation, serendipity, trust, inclusion, openness, risk-taking, provocation, surprise, concentration, unorthodoxy, deconstruction, innovation, fortitude and an ability and willingness to delve beneath the surface, beyond the present, above the practical and around the fixed (...) In so being, it is able to meet every challenge and adapt to changing circumstances. But it can only become so if its citizens are comfortable with applying their creative imaginations to new and changing situations. (Hawkes, 2001: 24)

Considerando, ainda, que o bem-estar e a própria sobrevivência do indivíduo estão dependentes da relação estabelecida entre este e o meio ambiente, o desenvolvimento humano estará também dependente desta relação. Problemas relacionados com alterações climáticas, poluição atmosférica, escassez de água, extinção de espécies vegetais e animais, erosão dos solos (PNUD, 2014: 21), apenas para mencionar alguns, podem colocar em causa a vida das populações ou criar graves problemas de saúde. Sob uma perspetiva ambientalista, a cultura poderá ainda contribuir para a preservação ambiental e, como tal, para a sua sustentabilidade e do ser humano:

Traditional cultural activities, particularly those associated with the care of the land, can help promote more sustainable consumption and production patterns. The World Bank, for example, has identified the conservation of historic cities as an effective strategy in reducing CO2 emissions when compared to their replacement by new buildings (...) local and indigenous knowledge systems and environmental management practices can provide valuable insights that are complementary to state-of-the-art scientific knowledge in tackling ecological

challenges, preventing the loss of biodiversity, reducing land degradation, mitigating the effects of climate change and supporting resilient communities that are better able to cope with disasters (Hayachi et al., 2011: 5).

A importância de se incluir a cultura nas abordagens sobre o desenvolvimento é, deste modo, bastante evidente. Articular a dimensão cultural com outras dimensões, reconhecer os seus contributos para a construção do indivíduo e das sociedades e valorizá-la enquanto fator de felicidade torna-se essencial para uma concepção mais completa e integradora do desenvolvimento.

Por se entender que o processo de desenvolvimento corresponde a um caminho individual, ainda que partilhado com o outro, onde as escolhas dos indivíduos estão fora do campo da avaliação, tentar-se-á, ao longo deste trabalho, promover um sentido crítico mais receptivo e mais atento sobre o significado de “desenvolvimento”, embora com a consciência de que uma leitura encerra sempre em si mesma uma carga subjetiva. Não será, portanto, foco desta dissertação fazer uma avaliação sobre o quê ou quem se apresenta “desenvolvido” (ou não), mas antes integrar as políticas culturais sob uma perspectiva do desenvolvimento humano.

2. Metodologia

Para alcançar o objetivo proposto, o trabalho de investigação teve como base uma metodologia qualitativa que se desdobrou em 4 técnicas de recolha de informação: observação participante, entrevistas exploratórias, análise de fontes documentais (primárias e secundárias) e uma entrevista semi-diretiva.

No terreno conciliou-se o método de observação participante e a realização de entrevistas exploratórias, que decorreram entre os meses de Setembro e Outubro de 2013.

A técnica de observação participante, desenvolvida em 2013, foi complementada com uma experiência anterior no terreno em 2011, entre os meses de Agosto e Outubro. Embora esta primeira experiência não tivesse acontecido com objetivos científicos de investigação, contribuiu para a construção de conhecimento sobre a Guiné-Bissau; a relação próxima com as pessoas, as vivências concretizadas tanto em contexto urbano como no meio rural, a permanência em diferentes pontos do país (do norte ao sul bem como nas ilhas) e a participação em diversas atividades do quotidiano das populações possibilitaram um encontro privilegiado com diferentes realidades sociais e culturais.

Considerando que em 2013 a experiência no terreno estava mais direcionada para o trabalho de investigação, as entrevistas realizadas nesse ano constituíram efetivamente a fase exploratória do trabalho, oferecendo um conhecimento mais aprofundado sobre o panorama cultural guineense, sobre as suas dinâmicas e, principalmente, sobre a relação do Estado com a população e, em particular, com os artistas e agentes culturais, contribuindo, desta maneira, com novas pistas de reflexão e de orientação³.

As entrevistas exploratórias realizadas não tiveram como base um guião, antes uma temática (a intervenção do Estado na cultura) permitindo que o entrevistado falasse sobre as questões que lhe parecessem mais relevantes referir sobre o tema apresentado, embora o entrevistador pudesse direcionar a conversa, sempre que possível e necessário, no sentido de obter outras informações.

Os entrevistados foram criteriosamente escolhidos tendo em conta o seu grau de conhecimento sobre o panorama cultural guineense mas também o seu estatuto e profissão,

³ Deverá ter-se em conta, ao longo do trabalho, a distância temporal que separa o momento em que as entrevistas exploratórias foram realizadas (Setembro/Outubro de 2013) e a finalização da dissertação. O momento em que as entrevistas se realizaram correspondia a um período particularmente difícil a nível político, social e económico, de desmotivação e descredibilização generalizadas por parte das populações e em relação ao Estado e ao futuro do País, depois de a Guiné-Bissau ter assistido a um novo golpe de estado, no ano anterior, e sendo o governo daquela altura um governo de transição. Mais recentemente, a 13 de Agosto de 2015, o Presidente da República José Mário Vaz demitiu o Primeiro-Ministro Domingos Simões Pereira, dando início a um novo período de instabilidade no País.

dividindo-se em 4 grupos diferentes: representantes do governo e de organismos públicos (Diretor Geral da Cultura, Diretor do INCA e INEP), artistas (músicos, cineastas, bailarinos, escritores), investigadores da área das ciências sociais e cidadãos comuns. Esta escolha não só permitiu a junção de diferentes pontos de vista de pessoas com experiências e *status* diferentes, enriquecendo o mapa de referências, como, também, permitiu colmatar possíveis dificuldades de comunicação originados pela distância relacional e linguística entre o entrevistador e o entrevistado⁴.

O contacto direto com o terreno empírico, concretizado através da observação direta e das entrevistas, foi extremamente importante para a diluição de ideias pré-concebidas e, deste modo, para o desenvolvimento do processo “que consiste precisamente em romper com os preconceitos e as falsas evidências, que somente nos dão a ilusão de compreendermos as coisas” (Quivy e Campenhoudt, 2005: 23).

A segunda fase do trabalho de investigação, que decorreu, em parte, durante a fase exploratória mas, também, numa fase posterior, correspondeu à análise documental de fontes documentais oficiais - de entre as quais se salientam o DENARP I – 2005 e o DENARP II - 2011-2015, o Programa do IX Governo Constitucional da Guiné-Bissau 2014-2018, o Plano de Ações da SEJCD, o Plano Estratégico Operacional *Terra Ranka* 2015-2020⁵ e os Resultados da III Conferência Nacional da Cultura - e de documentos não oficiais, tais como artigos publicados em revistas, jornais e disponíveis na internet.

Numa fase seguinte, foi, ainda, realizada uma entrevista semi-diretiva à Diretora do SASGCJD da Câmara Municipal de Bissau.

⁴ Todos os entrevistados falaram em português ainda que o crioulo seja a língua na qual, a maior parte, se sente mais confortável.

⁵ O Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 *Terra Ranka* consiste num abrangente plano de desenvolvimento para Guiné-Bissau que teve como base um documento inicial apresentado pelo IX Governo Constitucional da Guiné-Bissau, concebido em colaboração com vários agentes da sociedade civil guineense, e apresentado durante a Conferência dos Doadores e Parceiros Internacionais que se realizou em Bruxelas, em Março de 2015. Este projeto implica a realização de um conjunto de projetos em diferentes áreas de intervenção, entre as quais biodiversidade, cultura, educação, saúde, infraestruturas, agricultura, entre outras.

3. As políticas culturais em África

A discussão em torno do conceito de cultura faz parte de um processo essencial para o estudo dialogado com outras áreas, nomeadamente a das políticas culturais. Tendo em conta que o desenvolvimento de qualquer política cultural é orientado por um conjunto de valores e princípios criados em função da própria noção de cultura, as políticas culturais serão, pois, um reflexo dos significados atribuídos a este conceito:

They [cultural policies] offer a framework for action for regulating the public space in order to ensure respect for values. As societies change, so do cultures – they are inextricably linked. While international legal instruments give a framework for action, cultural policies are the translation of those legal principles at the national or local level (...) Cultural policies are not a static, transportable model but should be a result of social dialogue, participatory action and protection of cultural participation (Gardner, 2012: 2).

Por outro lado, o enquadramento das políticas culturais no seu contexto de produção pressupõe sempre uma intencionalidade, materializada nos objetivos e ações planeadas e realizadas (ou não) e o acionar de um conjunto de recursos (Lopes, 2003: 7) que permitem intervir diretamente na sociedade sobre várias dimensões, entre as quais cultural, social e económica.

No que se refere ao desenvolvimento em África, a importância que o setor cultural representa para as dimensões económica e social, bem como a necessidade da sua regulação, tem vindo a ser claramente manifestada nos diversos manifestos e programas de apoio às atividades culturais que visam o desenvolvimento do continente.

Desde 1969, com o primeiro documento político-cultural africano - o *Manifesto Cultural Pan-Africano*, Argélia –, a cultura é entendida como um elemento-chave para o desenvolvimento socioeconómico, sendo um elemento indispensável para a transformação das sociedades e, conseqüentemente, para a qualidade de vida das pessoas:

Concerning the role of culture the Manifesto declares that culture is the essential cement of every social group, its primary means of intercommunication and of coming to grips with the outside world. It is its soul, its materialization and its capacity for change. Thus culture is the totality of tangible and intangible tools, works of art and science, knowledge and know-how, languages, modes of thought, patterns of behavior and experience acquired by the people in its liberating effort to dominate nature and to build up an ever improving society (...) culture plays a decisive role in the economic and social development of Africa (Kovács, 2009: 25).

A reflexão sobre as políticas culturais em África continua a ser feita e demonstrada pela realização de conferências, entre elas a *Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Africa*, Gana, 1975, organizada pela UNESCO em cooperação com a Comissão

da União Africana, e com a criação de documentos oficiais, como, por exemplo, a *Cultural Charter for Africa*, Ilhas Maurícias, 1976, elaborada pela Assembly of Heads of State e pela Comissão da União Africana, e que enfatiza a necessidade do reconhecimento da dimensão cultural para o desenvolvimento geral do continente (Kovács, 2009 : 27).

Já em 2003, a Comissão da União Africana, baseada no modelo da UE, elaborou os novos documentos estratégicos que davam especial atenção à cultura, lembrando que os interesses das comunidades deviam passar pela cooperação política e cultural tendo como fim o desenvolvimento.

Por sua vez, em 2006, a *Carta para o Renascimento Cultural de África* reforçava “a necessidade de integração de objetivos culturais, isto é, a proteção e promoção das artes e da criatividade, em estratégias de desenvolvimento” (Kovács, 2008 : 96).

Lupwishi Mbuyamba, diretor do OPCA, aborda, por seu turno, as políticas públicas sob uma perspetiva de aproximação à realidade local:

only a local approach will enable us to define political and social situations adequately. Examples include crime, ethnic disputes and social conflicts. It is more characteristic of governments of proximity to attack the roots of these evils and seek lasting remedies. Analysis of their causes and origins reveals that they very often find their roots in mindsets and traditions, habits and customs (Mbuyamba, 2009: 3).

Ainda sobre esta perspetiva micro das políticas públicas, e em respeito ao caso particular da cultura, Mbuyamba refere a necessidade de tornar o trabalho em torno das políticas culturais, mais prático e mais próximo das transformações constantes a que o campo da cultura está sujeito:

if the political will exists, it needs to become practice. A very practical way is the elaboration of a cultural policy aimed at the local community. It is worth trying to elaborate it. Nonetheless, it can always be assessed and adapted in practice. For culture, a field that moves by its very nature, will always be this proud antenna, receiving incessant calls from all over and broadcasting the good news in all directions while remaining firmly fixed to its base. The observation and study of its changes will follow its transformations and conquests (Mbuyamba, 2009: 9).

Para além do OPCA, outras entidades têm promovido um extenso trabalho sobre as políticas culturais e a sua articulação com o tema do desenvolvimento no continente africano, entre elas a Arterial Network, uma organização que congrega entidades da sociedade civil, governos, artistas, empresários, agentes culturais, instituições e mecenas que trabalham no âmbito dos setores culturais e criativos em África⁶, e cujo objetivo é criar redes de contacto entre todos estes atores e capacitar e orientar o seu trabalho para a dimensão cultural do desenvolvimento ao nível da sua área de ação.

⁶ Website oficial: www.arterialnetwork.org.

4. Políticas culturais públicas: o caso da Guiné-Bissau

Uma política cultural faz-se de actos e discursos,
mas também de silêncios e de interditos.

João Teixeira Lopes (*in* Albuquerque, 2011: 96)

4.1. Caracterização de um país

A República da Guiné-Bissau é um país de clima tropical, situado na costa ocidental de África e delimitado geograficamente pela fronteira com o Senegal (ao norte), com a República da Guiné (ao sul e ao leste) e com o Oceano Atlântico (a oeste).

Para além do território continental, o país integra o Arquipélago dos Bijagós, formado por cerca de 88 ilhas, grande parte delas inabitadas. A sua riqueza paisagística e selvagem, composta por uma fauna e flora bastante variadas, permitiram que o arquipélago fosse classificado pela UNESCO como Reserva da Biosfera, em 1996.

Ainda que seja um país relativamente pequeno, com uma área total de 36.125 km² (embora a área habitável não deva ultrapassar os 24.800 km² pois a restante extensão geográfica encontra-se submersa entre os meses de Maio e Novembro devido à época das chuvas) e cerca de 1.704.255 habitantes⁷, a Guiné-Bissau apresenta um mosaico cultural extremamente complexo. O imenso legado *malinké* (etnia mandinga) e o contacto com os povos europeus (portugueses, ingleses, franceses e holandeses, essencialmente) e com grupos oriundos de vários pontos de África, contribuíram para a construção de um país caracterizado pela sua multiplicidade étnica⁸.

Embora a língua oficial seja o português, só uma pequena percentagem da população guineense o domina, sendo o crioulo e as línguas locais as mais faladas. Esta realidade prende-se com fatores sociais e culturais, nomeadamente com o processo tardio do ensino formal da escrita da língua portuguesa, a baixa frequência escolar (relacionada com os poucos recursos económicos das famílias e com a descredibilização atribuída ao ensino formal, o qual é encarado como um investimento de baixo retorno), o fraco domínio da língua por parte dos próprios professores e professoras mas também com o facto de a Guiné-Bissau apresentar-se como um país essencialmente oral, no qual a oralidade

⁷ Segundo o website do The World Bank com base em valores estatísticos recolhidos em 2013: www.data.worldbank.org/country/guinea-bissau.

⁸ Calcula-se que, atualmente, existam mais de 20 etnias - entre elas bijagós, balantas, papéis, mandingas, manjacos, biafadas, nalus, fulas e felupes - distribuídas um pouco por todo o país, diferentes na língua, nas profissões ocupadas, expressões culturais, crenças e valores.

(incluindo as línguas locais) é, ainda hoje, um meio de educar e de transmitir a memória coletiva, sobretudo nas regiões rurais onde a maior parte da população vive⁹.

Segundo o RDH, a Guiné-Bissau é considerada um país de desenvolvimento baixo. O seu IDH ocupava, em 2013, o 177º lugar, em 187 lugares, com um valor de 0,396 (numa escala de 0 a 1), correspondendo a um IDH a baixo da média dentro do contexto regional África Subsariana (0,502) (PNUD, 2014).

Os fatores que parecem contribuir mais para este nível de IDH são, por um lado, a baixa esperança média de vida (54,3 anos), que resulta do difícil acesso aos serviços de saúde (não só em termos financeiros como em termos de proximidade das próprias infraestruturas e dos profissionais de saúde em relação às populações) e à qualidade desses mesmos serviços, e, por outro, a pobreza generalizada¹⁰.

Em termos de empregabilidade, o RDH indicava que em 2012, 77,8% da população com 25 ou mais anos encontrava-se empregada e que o trabalho infantil (crianças com idades entre os 5 e os 14 anos) representava 38%.

No entanto, a maioria da população ativa não dispõe de formação escolar de base nem de qualificação técnica. Uma importante fracção da população rural e urbana beneficia apenas de um rendimento esporádico mantendo-se ocupada de forma aleatória, vivendo, principalmente, da agricultura de subsistência, comércio tradicional, exploração florestal, pesca artesanal e de pequenos serviços.

Diversos fatores estão na base deste panorama: um passado colonial, uma Luta pela Libertação Nacional que durou mais de uma década, um conturbado período pós-independência e sucessivos golpes de Estado que trouxeram para o país vários momentos de instabilidade política que contribuíram para um drástico abrandamento do desenvolvimento socioeconómico (Figura 4).

Num país onde tudo parece ter sido e parece ser uma prioridade, coloca-se a questão: qual o lugar ocupado pela cultura na Guiné-Bissau?

⁹ Segundo os dados oferecidos pelo DENARP II a taxa de escolarização primária líquida apresentava-se, em 2009, nos 67,4% a nível nacional, limitada a 56,5% nas zonas rurais e a 83,5% nas áreas urbanas. Independentemente do período de referência, o analfabetismo atinge maioritariamente as mulheres e as populações das zonas rurais, sendo que em 2010, a taxa de alfabetização feminina com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, era de 39,9% ao nível nacional, 50,4% em Bissau e 9,7% no meio rural. O DENARP II refere, ainda, que segundo os dados do RGPH de 2010, a taxa de analfabetismo atingiu os 56% na população adulta (maiores de 15 anos), dos quais 64,1% eram mulheres e 47,9% homens.

¹⁰ Em 2011, o RNB *per capita* era de 1.090 US\$ e em 2012 69,30% da população vivia a baixo do limiar da pobreza (com menos de 1.25 US\$ por dia).

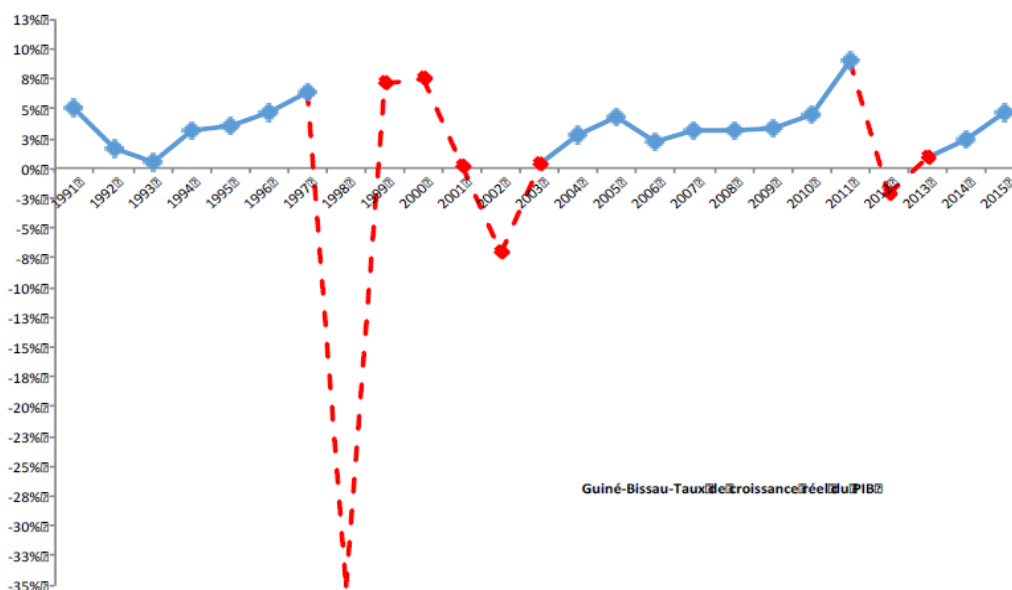


Figura 4 - Gráfico representativo do crescimento económico na Guiné-Bissau, entre 1991 e 2013 (gráfico criado pelos técnicos do Comité Operacional e pelo Banco Mundial e extraído do documento “A Visão Estratégica de Desenvolvimento da Guiné-Bissau” elaborado, por sua vez, por Carlos Vaz, Conselheiro do Gabinete do Primeiro-Ministro)

4.2. Uma perspetiva da intervenção pública guineense no domínio cultural: intenções, ações e omissões

Durante os 11 anos de luta armada contra o regime português, iniciada a 23 de Novembro de 1962 e liderada pelo PAIGC, Amílcar Cabral, seu líder e fundador, levou a cabo a importante missão de “libertar” o povo guineense.

Base fundamental para o cumprimento desse objetivo era a valorização, a afirmação e a preservação daquilo que considerava como sendo os aspetos positivos da cultura guineense num esforço de resistência cultural face às tentativas opressoras do país colonizador. Para Amílcar Cabral, o progresso da Guiné-Bissau passava diretamente pelo investimento na educação e pela criação de condições para que a cultura e o saber fossem acessíveis a todos:

A nossa cultura tem que ser popular, quer dizer, cultura de massas, toda a gente tem direito à cultura. Além disso, respeitando aqueles valores culturais do nosso povo, que merecem ser respeitados. A nossa cultura não pode ser para uma elite, para um grupo de pessoa que sabe muito, que conhece as coisas. Não. Todos os filhos das nossa terra, na Guiné e em Cabo Verde, têm que ter o direito a avançar culturalmente, a participar nos nossos actos culturais, a manifestar e a criar cultura (Cabral, 1974: 200).

Com a proclamação da independência, em Setembro de 1973, e tendo como presidente Luís Cabral, irmão de Amílcar Cabral, o Governo deparou-se com uma série de desafios, entre os quais uma população que contava com cerca de 99% de analfabetos, o esvaziamento dos cofres do Estado e uma economia bastante frágil. A saída da administração pública, na sua maioria constituída por cabo-verdianos, deixou, por sua vez, o país com uma grave falta de pessoal com as competências necessárias para assumir os postos de trabalho, agora vazios (Couto, 2010: 16).

Embora a crise vivida e todo um quadro de assuntos urgentes por atender, a cultura constituía uma prioridade para a política governamental. Em 1977, um artigo intitulado “A política cultural na Guiné-Bissau”, publicado na revista *O Militante*¹¹, dá-nos a conhecer o documento aprovado em Agosto de 1976 sobre as “linhas mestras da política cultural” (*O Militante*, 1977: 21). Nesse artigo, são lembrados os objetivos que Amílcar Cabral tinha proposto alcançar através da “resistência cultural, no quadro da conquista da independência nacional e na perspectiva da construção do progresso económico e social do povo” (*O Militante*, 1977: 22), e que estariam na base do programa político de Luís Cabral, sendo eles:

Desenvolvimento de uma cultura e de todos os valores culturais positivos, autóctones;
Desenvolvimento de uma cultura nacional baseada na história e nas conquistas da própria luta;
Elevação constante da consciência política e moral do povo (de todas as categorias sociais) e do patriotismo, espírito de sacrifício e dedicação à causa da independência, da justiça e do progresso;
Desenvolvimento de uma cultura científica, técnica e tecnológica, compatível com as exigências do progresso;
Desenvolvimento, com base numa assimilação crítica das conquistas da humanidade nos domínios da arte, da ciência, da literatura, etc., de uma cultura universal tendente a uma progressiva integração no mundo actual;
Elevação constante e generalizada dos sentimentos de humanismo, solidariedade, respeito e dedicação desinteressada à pessoa humana (*O Militante*, 1977: 22).

Toda uma estratégia para a política cultural pública foi delineada pelo PAIGC que visava, em primeira instância, “esclarecer o conteúdo ideológico da cultura, elevar o nível cultural das massas, afirmar e desenvolver a cultura nacional” (*O Militante*, 1977: 25)¹².

¹¹ *O Militante* foi uma revista partidária criada em 1977 pelo PAIGC e editada em Bissau.

¹² O mesmo artigo refere, entre outros aspetos, a criação de departamentos do Conselho Nacional da Cultura que iriam servir este propósito: o Instituto de Investigação Científica (que tinha como objetivos a criação de um arquivo cultural e histórico e de uma galeria de arte, a recolha e a conservação de instrumentos de trabalho, música, dança e trajes tradicionais, a criação de oficinas de artes, a divulgação e o controlo do património cultural, a gestão de bibliotecas nacionais e regionais e de museus, entre outros), o Departamento das Artes Plásticas, o Departamento das Artes de Cena, o Departamento de Edição e Difusão do Livro e a Comissão de Cinema.

As palavras do músico guineense José Manuel Fortes reforçam o papel do Presidente Luís Cabral no fomento da cultura na Guiné-Bissau:

Foi Luís Cabral quem tinha mais empenho na cultura, tinha outra visão, ele sabia a importância da cultura, o que ela representava, o que ela podia fazer ao país, o que é que ela podia trazer ao país. (...) quando viajava, levava consigo Mama Djombo ou o Ballet Nacional (...) Não quero dizer que a gente hoje não saiba a importância da cultura mas não é a prioridade (...) o problema aqui é a prioridade. A cultura é um espelho do país, é o motor, é a promoção. É ela que leva a imagem do país (...) No fim dos anos 70, anos 80, a Guiné-Bissau dominava esta zona aqui [Senegal, Guiné Conakry e Costa do Marfim] porque havia um Estado, uma pessoa para representar o Estado que era o Luís Cabral, havia esse fogo por trás que se apagou (Anexo A).

Flora Gomes, um dos maiores nomes do cinema guineense, numa entrevista dada à revista *África 21*, em 2013, e publicada pelo jornal *Expresso Bissau*, refere, por sua vez, o apoio dado por Mário Pinto de Andrade, Ministro da Informação e Cultura do governo de Luís Cabral entre 1978 e 1980, ao cinema e aos cineastas guineenses no período pós-independência:

Havia salas de cinema, mas só projetavam filmes importados do Ocidente. Não havia quaisquer estruturas de produção, nem mecanismos de financiamento. Nós [Sana Na N'Hada, José Bolama Cobumba e Josefina Lopes Crato] éramos os primeiros quadros nesta área, mas pelos vistos a visão que certos responsáveis tinham da nossa profissão não permitiu valorizar a nossa formação e o nosso potencial. (...) A dada altura, a nossa situação material melhorou ligeiramente, depois da vinda do Chris Marker a Bissau, a convite do angolano Mário de Andrade (...) Depois de visionar os nossos documentários, Chris Marker elaborou um relatório onde dizia que tínhamos formação e capacidade para trabalhar em qualquer parte do mundo (...) Com o Mário de Andrade havia muita dinâmica (...) tinha muitos contactos nesses meios e convidou alguns especialistas para virem a Bissau. (...) Nessa altura ainda tínhamos a ilusão de poder edificar um cinema nacional (*Expresso Bissau*, 2013: 10-11).

Luís Cabral ficou no poder até 1980, altura em que a Guiné-Bissau assistiu ao primeiro golpe de Estado, chefiado por João Bernardo Vieira, resultando no assassinato do então Presidente.

João Bernardo Vieira, mais conhecido por Nino Vieira, já Presidente do Conselho de Revolução, dá a conhecer, no ano seguinte, o Programa do Governo Provisório. A política cultural apresentada por Nino Vieira nesse programa é muito menos ambiciosa do que a do governo seu antecessor, dando menor destaque à dimensão cultural. Já não se fala numa Política Cultural mas sim em Política Educativa e Cultural, onde a educação parece ganhar maior espaço de atenção e onde a prática desportiva surge integrada (Programa do Governo Provisório, 1981: 377).

No entanto, entre os anos 1988 e 1992, assistiu-se a um enorme impulso na área da cultura, graças aos vários acordos de parceria com a Cooperação Portuguesa, envolvendo

apoios financeiros, materiais e técnicos a estruturas como o Museu Etnográfico Nacional (o primeiro Museu Nacional a ser criado), a Orquestra Filarmónica, o Centro de Recursos Culturais, o Centro de Documentação de Música e Dança Guineense e o Instituto Nacional das Artes.

Contra todos os testemunhos dados em entrevistas e conversas informais, pelo menos no que se referia ao trabalho desenvolvido por Luís Cabral, em um artigo publicado pela revista *África*, e assinado por Mário Moutinho, Membro do Conselho de Administração do MINOM, refere-se que desde a independência até 1988 “prioridades de toda a ordem relegaram para segundo plano o desenvolvimento de uma política cultural” (Moutinho, 1988: 11).

Todo o artigo vai no sentido de uma exaltação de uma nova vida cultural na Guiné-Bissau, caracterizada pelo seu dinamismo e multiplicidade de atividades e projetos:

Um fervilhar de vida é hoje a dominante do Instituto de Artes da Guiné-Bissau, onde as aulas de música se cruzam com os ensaios do Ballet Nacional, e as aulas de expressão dramática são pontuadas por instrumentistas de Kora e de Balafo.

Da Casa Editora NIMBA, acabada de instalar, saem os primeiros trabalhos (...) No outro lado da cidade, uma centena de jovens do grupo de dança Os Netos de Kansala prepara a sua participação no Festival de Luanda (...) organizam-se estruturas que passam por outro tipo de trabalho, como seja, a futura Orquestra Filarmónica, o Grupo de Teatro Nacional, ou cooperativas artesanais (Moutinho, 1988: 11).

Para além de outras ações, Mário Moutinho salienta a realização do 1º Seminário Nacional de Sensibilização de Animadores Culturais que reuniu representantes de várias instituições e Delegados Regionais da Cultura de algumas regiões (Moutinho, 1988: 11). Sobre este seminário, Moutinho refere a importância do papel desempenhado por aqueles agentes culturais “no desenvolvimento de uma política cultural, que sem cessar reafirma o seu papel atuante no desenvolvimento geral da Guiné-Bissau” (Moutinho, 1988: 11).

Durante esses anos foram, igualmente, projetadas e concretizadas ações de formação de jovens, quadros do Governo e de governadores regionais em áreas como teatro, cinema, fotografia e animação cultural, e ainda desenvolvidos seminários sobre património cultural, desenvolvimento e museologia.

O sistema de partido único do PAIGC permaneceu até 1994, ano em que se realizaram as primeiras eleições multipartidárias e em que o mesmo partido, sob a liderança de Nino Vieira, continuou a governar o país.

Na entrevista realizada em 2013, João Cornélio, então Diretor do Património Cultural, informou que foram apenas concretizadas duas conferências nacionais sobre cultura: a primeira em 1988 e a segunda em 1996.

Sobre a II Conferência Nacional da Cultura, é possível ler as suas resoluções no nº 2 da revista *Tchintchor - Revista Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos* (edição de Outubro de 1997). As conclusões apresentadas pela conferência vão no sentido de uma necessidade de revitalizar a cultura guineense e, portanto, de se fazer uma reforma cultural. A valorização e promoção da identidade, património e cultura nacionais, dentro e fora do país, o investimento nos artistas e produções nacionais bem como a sua projeção no estrangeiro, o fortalecimento das relações internacionais, nomeadamente com estruturas que cedessem apoio financeiro, o investimento na formação artística e a regularização de leis para o setor cultural (*Tchintchor*, 1997: 6-7) constituíam os grandes objetivos traçados.

Segundo João Cornélio a conferência “foi realizada com o objectivo de reunir todos os delegados regionais da cultura para discutir temáticas em espaços geográficos diferentes” (Anexo A).

Sabe-se, ainda, que foi criado o FESTAC, evento público, que aconteceu pela primeira vez em Abril de 1992 e a segunda e última vez em 1996.

Apesar da realização de eleições livres em 1994, a Guiné-Bissau continuou a viver vários momentos conturbados, nomeadamente um conjunto de greves em diversos setores da Função Pública que reivindicavam o pagamento dos salários em atraso devido à má gestão dos fundos públicos e desvio de verbas da ajuda internacional (1997), a guerra civil de 7 de Junho de 1998, que provocou danos irreparáveis nos domínios cultural e histórico com a destruição do INEP, de grande parte do seu arquivo e do Centro de Documentação sobre Música e Dança, e de infraestruturas como o Cine UDIB, completamente destruído por um bomba, e de uma série de assassinatos de pessoas ligadas à política.

Falar sobre a intervenção pública no setor cultural guineense depois dos primeiros anos da década de 90 é falar sobre um afastamento do Estado, se não total, quase.

Em 2005 o governo desenvolve o primeiro DENARP onde manifesta a necessidade de fazer da Guiné-Bissau “um país pacífico na diversidade, que valorize o património cultural” (DENARP I, 2005: 25) mas embora refira que a eliminação da pobreza exige uma abordagem abrangente que toma em conta tanto os aspetos económicos, sociais e institucionais assim como culturais e ambientais (DENARP I, 2005: 25) e que a “protecção e valorização dos recursos naturais, sócio-culturais e históricos” permitem o desenvolvimento económico e do turismo (DENARP I, 2005: 42), não apresenta qualquer estratégia para a cultura.

Ainda sob a alçada do governo de Nino Vieira, em 2007, uma importante candidatura foi apresentada ao PAIC, projeto financiado pela União Europeia que teve como objetivos a

salvaguarda e preservação do património, a valorização do património e da cultura e a promoção e profissionalização da produção artística dos PALOP e Timor-Leste. Segundo João Cornélio, na altura Ponto Focal do PAIC da Guiné-Bissau, para além das subvenções, realizaram-se na Guiné-Bissau, ciclos de formação gratuitos em museologia, biblioteca e arquivo histórico que visavam capacitar os técnicos do país.

A Guiné-Bissau obteve um apoio total de €357.778 que financiou 5 projetos das seguintes instituições: “Reabilitação e ampliação do arquivo histórico da Guiné-Bissau” - INEP - Arquivo Histórico (€85.050), “Estimular a Indústria Musical da Guiné-Bissau através da utilização do média tradicional e digital” - Cobiana – Communication and Culture (€99.619), “Incremento do acervo literário” - INEP - Serviço de Publicações (€85.456), “As crianças de mão dada” - USOFORAL (€37.800) e “Promover a cultura na Rádio” - Caritas – (€49.853)¹³.

Em 2012, o Presidente da República de transição Serifo Nhamadjo discursa no âmbito da celebração dos 37 anos de existência do Ballet Nacional “Esta é a nossa pátria amada”. Paradoxalmente, o Presidente afirma que o setor da cultura foi aquele que mais se desenvolveu no país e reforça a necessidade de envolvimento do Estado na cultura:

A cultura é uma ferramenta indiscutivelmente muito importante para o desenvolvimento da sociedade, ainda mais para a Guiné-Bissau. A cultura é o setor que mais evoluiu na Guiné-Bissau, mas tem que ser acarinhado para dar mais passos para se afirmar melhor (...) É preciso maior atenção e disponibilização de meios, infraestruturas, para que a juventude e as pessoas que estiveram ao longo desses anos todos a trabalhar na cultura para o engrandecimento do nome do nosso país, possam fazer cada vez mais e melhor¹⁴.

Mas em Setembro de 2013, o Prof. Fafali Koudawo, então reitor da Universidade das Colinas de Boé, sintetizou o que para si considerava como ser o estado atual da cultura na Guiné-Bissau:

O povo vive a sua cultura no dia-a-dia e não teoriza a cultura (...) Há esta cultura do dia-a-dia, que a gente chama de tradição e que é uma cultura profundamente enraizada na vida do povo (...) que evolui sem constrangimentos e prospera ao sabor das necessidades do povo. Nesse sentido temos no país uma cultura que continua desabrochando (...) Foi durante as três últimas décadas que a gente não prestou muita atenção à cultura. Nos primeiros anos do país houve uma grande atenção à cultura mas uma cultura instrumentalizada ao serviço da política (...) que canta contra o imperialismo e que glorifica a revolução. (...) A luta de libertação produziu muitos artistas. A quebra vem com o engajamento com a esfera pública e que começou nos anos 80 (...) O Estado prestou menos atenção à utilização destes grupos como veículo de uma mensagem política (...) e depois houve um decréscimo e uma decadência (Anexo 1).

¹³ Dados fornecidos por João Cornélio durante a entrevista por mim realizada a 27 de Agosto de 2013, em Bissau.

¹⁴ Excerto do comunicado publicado a 28 de Novembro de 2012, no website www.noticias.sapo.mz/lusa/artigo/15380692.html, tendo como fonte original a agência Lusa.

4.3. O IX Governo Constitucional da Guiné-Bissau (2014-2018)

4.3.1. As grandes orientações

Depois de 2 anos de governo de transição, foram realizadas eleições livres no ano de 2014 tendo o PAIGC ganho por maioria absoluta (com 56% dos votos). Foi, então, constituído o IX Governo Constitucional da Guiné-Bissau tendo como Presidente da República José Mário Vaz e como Primeiro-Ministro Domingos Simões Pereira.

O programa proposto pelo IX governo guineense foi pensado até 2018 e preocupado em renovar a percepção internacional sobre o país, de forma a ganhar uma nova credibilidade e voto de confiança junto dos outros países. Paralelamente a esta preocupação presente de reestabelecer relações internacionais, o programa visa o desenvolvimento de ações concretas que têm como objetivo principal o melhoramento das condições de vida dos cidadãos guineenses devolvendo-lhes novas perspetivas para um futuro próximo mas também duradouro que possa servir as gerações seguintes.

Tendo como base problemas de origem conjuntural - nomeadamente a crise económica, a instabilidade política que tem acompanhado o país, as consequências que o golpe de Estado de 2012 trouxe consigo e, por fim, a epidemia do ébola (Programa do IX Governo, 2014: 3) – mas também de carácter estrutural - dos quais são referidos “a fragilidade do tecido económico, a fraqueza das instituições e de todo o processo democrático, o carácter crónico da instabilidade política e a assumida falta de capacidade de resposta a muitas situações de emergência” (Programa do IX Governo, 2014: 3) – o governo propõe 3 programas de intervenção: um programa de urgência, um de contingência e um de desenvolvimento.

O programa de urgência reúne uma série de ações a ser desenvolvidas a curto prazo mediante um conjunto de problemas graves que necessitavam de uma resposta imediata: o “pagamento dos salários em atraso, o salvamento do ano letivo, o alerta e antecipação dos resultados do ano agrícola, o resgate da campanha de comercialização da castanha de caju e a melhoria no fornecimento de eletricidade e água potável” (Programa do IX Governo, 2014: 3).

O programa de contingência corresponde a um “conjunto de contratos, obrigações e diligência assinados pelo Estado, com participação do Estado ou de interesse público” (Programa do IX Governo, 2014: 3) que devem ser avaliados e posteriormente redirecionados para o programa de desenvolvimento.

Por fim, o Programa de Desenvolvimento apresenta-se como o programa mais complexo e mais ambicioso, tendo como grande objetivo “alterar o quadro macroeconómico,

social e político do país” para que “na próxima década a Guiné-Bissau possa ocupar um lugar de destaque pela positiva nos índices de desenvolvimento humano” (Programa do IX Governo, 2014: 4). Os 3 programas lançados pelo Governo articulam-se, por sua vez, com 4 eixos de ação, pelos quais se distribuem os diferentes ministérios e secretarias de Estado:

Consolidar o estado de direito democrático, promover a boa governação e reformar as instituições do estado;
Promover o crescimento económico e a redução da pobreza
Promover o desenvolvimento e a valorização dos recursos humanos
Redinamizar a política externa, a integração regional e o enquadramento dos guineenses no exterior (Programa do IX Governo, 2014).

4.3.2. A orgânica da tutela da cultura: a Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e do Desporto

A SEJCD é o organismo governamental responsável pela tutela da cultura ao qual compete formular, propor, coordenar e executar a política do Governo em matéria da juventude, cultura e desportos, estando sob dependência direta do Primeiro-Ministro.

Estruturalmente, a SEJCD compreende os órgãos centrais da Secretaria Geral, da Direção Geral da Cultura e da Direção Geral dos Desportos, e tutela o INCA, o FNFDC, o GDA e a Escola Nacional de Música “José Carlos Schwarz”, embora esta se encontre inativa (Figura 5).

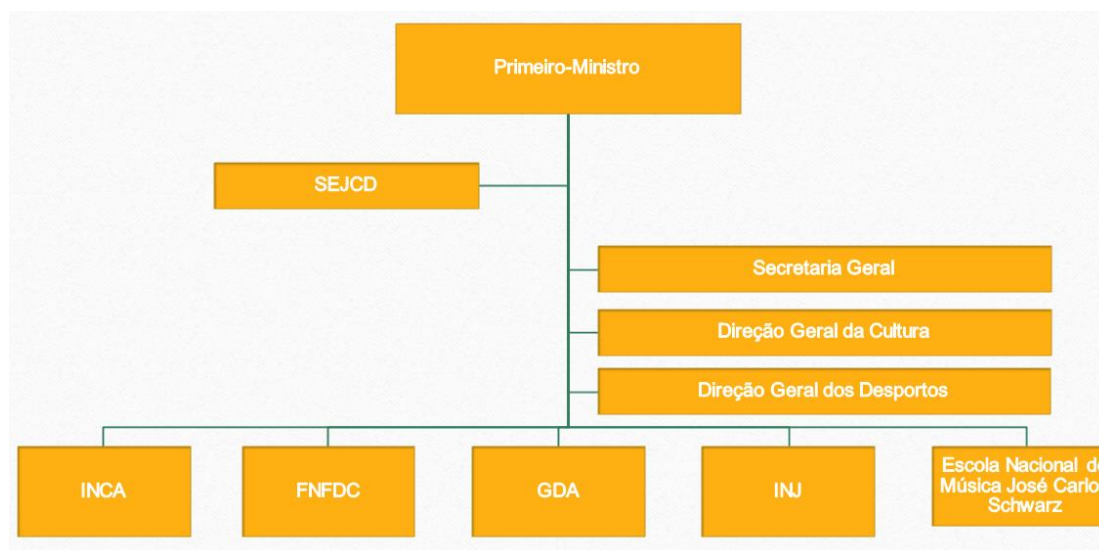


Figura 5 – Estrutura orgânica da tutela da cultura (estrutura obtida através do website oficial do IX Governo¹⁵)

¹⁵ Website oficial do IX Governo:

http://www.gov.gw/index.php?option=com_content&view=article&id=102&Itemid=734&lang=pt

4.3.3. As linhas programáticas para a cultura e as políticas setoriais

As linhas programáticas para a cultura do IX Governo estão enquadradas no eixo 3 do Programa Governamental, que tem como objetivo a promoção do desenvolvimento e a valorização dos recursos humanos guineenses, em resultado da consciência de que o desenvolvimento humano e da sociedade guineense em geral contempla a dimensão cultural.

Colocando o homem e a mulher guineenses no “centro do desenvolvimento”, as ações previstas neste eixo procuram reforçar as competências e as qualificações dos cidadãos guineenses numa perspetiva de construir uma sociedade mais capaz de “enfrentar os desafios do desenvolvimento e a vencê-los” (Programa do IX Governo, 2014: 49).

O cidadão guineense não é só considerado como motor do desenvolvimento do país como, também, beneficiador direto desse processo. Esta perspetiva é reforçada pela necessidade de serem criadas as condições necessárias para que os guineenses “possam usufruir, em resultado do seu trabalho, de uma vida condigna, com uma boa educação, acesso a serviços de saúde de qualidade, prática de desporto e de lazer, e possam apreciar a riqueza dos valores e das manifestações culturais próprias do seu meio” (Programa do IX Governo, 2014: 49).

No que respeita ao programa da SEJCD, são definidas medidas para dois setores: o setor da cultura e o setor do cinema e audiovisual¹⁶.

Embora apenas estes dois setores tenham sido alvo de atenção por parte da SEJCD, determinadas políticas setoriais estabelecidas por outros Ministérios e Secretarias de Estado foram igualmente analisadas por corresponderem a domínios culturais definidos pela FCS. Nesse sentido, constituem objeto de análise as políticas nacionais públicas para os seguintes domínios e subdomínios culturais¹⁷: A. Património Cultural e Natural (Museus, Património Cultural e Património Natural), B. Performance e Celebração (Teatro e Dança, Música e Festivais e Feiras), C. Artes Visuais e Artesanato (Belas Artes, Artesanato e

¹⁶ O setor dos desportos e o setor da juventude não foram considerados tendo em conta que não constituem domínios culturais no âmbito da FCS.

¹⁷ Embora não sendo domínios culturais de acordo com a FCS, o Turismo, enquanto domínio relacionado, e a Educação e Formação, enquanto domínio transversal, foram referidos, sempre que pertinente, por estarem, muitas vezes, relacionados com determinados domínios culturais presentes no Programa Governamental e nos restantes documentos.

Investigação nas áreas das ciências sociais e humanidades), D. Livros (Bibliotecas, Leitura e Livros e Imprensa) e E. Audiovisual e Media (Cinema, Televisão e Rádio)¹⁸.

Num último momento, será, também, analisada a legislação proposta para a área da cultura¹⁹.

Dois outros documentos servirão de base para a análise das políticas culturais do IX Governo e que surgem como complemento às medidas apresentadas pelo Programa Governamental: o documento apresentado pela SECJC intitulado *Plano de Ações – Quatro ações/realizações prioritárias* (doravante referido por Plano de Ações da SEJCD)²⁰ e o documento que reúne as resoluções da III Conferência Nacional da Cultura.

Setor da Cultura

Para o Setor da Cultura, o Governo propõe 5 medidas que parecem pretender responder aos problemas prioritários do contexto cultural do país²¹:

- Criar um quadro jurídico-legal de base que rege o funcionamento das Instituições Culturais;
- Preservar, valorizar e difundir o Património Cultural Nacional;
- Promover a criação e difusão artística e literária;
- Formar e capacitar técnicos e animadores culturais;
- Elaborar o documento da política de desenvolvimento cultural (Programa do IX Governo, 2014: 63).

A criação de um quadro jurídico-legal que permita um funcionamento mais eficaz, organizado e transparente das instituições culturais e a elaboração de uma política de desenvolvimento cultural são duas medidas particularmente importantes por serem imprescindíveis para o cumprimento das restantes ações e objetivos.

¹⁸ Como as políticas para a Televisão, Rádio e Imprensa surgem agrupadas no programa do Ministério da Comunicação Social, para facilitar a sua leitura, optou-se por omitir o subdomínio Media no domínio E.Audiovisual e Media, integrando a Televisão e Rádio no subdomínio Imprensa.

¹⁹ Durante o trabalho de pesquisa, não foi possível ter acesso à atual legislação para a cultura, pelo que só foram analisadas as propostas indicadas nos diferentes documentos estudados.

²⁰ As medidas previstas pelo Plano de Ações da SEJCD foram referidas nos domínios culturais que a elas se referem, sendo que as políticas com correspondência no Programa do IX Governo foram omissas. Foram, também, omissas as referências sobre a legislação tendo sido posteriormente abordadas na secção da legislação.

²¹ O Setor da Cultura foi proposto pelo IX Governo e não corresponde a um domínio apresentado pela FCS. No entanto, por se referir ao objeto “cultura” e por ser referido pela SEJCD, este setor foi considerado.

Considerando que a identidade cultural e a memória coletiva são parte integrante da construção histórica e simbólica de um país, essenciais, por isso mesmo, para os processos de autoconhecimento, de identificação e de apropriação de referências e de valores por parte dos seus cidadãos, e que o património cultural nacional constitui ele próprio um meio de vincular o indivíduo à identidade e memória coletivas do seu país, parece pertinente que a preservação, a valorização e a difusão surjam como medidas para o património cultural nacional dado o estado atual deste setor; vários lugares simbólicos e construções históricas apresentam-se degradados: as casas de Bissau Velho, o local do primeiro congresso do PAIGC em Cassacá, a Residência e o Palácio do Governador em Bolama, a Igreja Matriz de Bolama ou o porto de Pindjiguiti em Bissau são alguns dos exemplos desta realidade. Por outro lado, e segundo relata a Diretora do SESGCJD da Câmara de Bissau, o património histórico-cultural guineense é, para muitos cidadãos, desconhecido, facto que pode estar associado a um desinteresse generalizado das novas gerações pelas questões patrimoniais ou culturais e/ou pela falta de promoção e valorização do próprio património por parte do Estado e entidades da sociedade civil.

A formação e o reforço de competências de profissionais da área da cultura surgem igualmente referidas como um dos objetivos para o setor cultural. Num contexto onde oferta educacional e formativa, pública e privada, na área da cultura é quase nula²², a formação e a capacitação de técnicos e animadores culturais, principalmente dos que exercem as suas funções nos organismos públicos, é extremamente importante para a concretização dos trabalhos previstos mas também para enfrentar as exigências e desafios atuais e futuros do setor.

Por fim, a promoção da criação e difusão artística e literária aparece como uma das medidas a desenvolver pela SEJCD. Tendo em conta que o Estado não é produtor em si mesmo de cultura mas que deve ser um pilar essencial para a criação de condições para que esta possa ser produzida, caberá ao governo guineense oferecer apoio, direto e indireto, aos artistas e agentes culturais, nomeadamente num período em que não existem quaisquer apoios públicos financeiros para a cultura ou até mesmo infraestruturas públicas que permitam aos artistas expor e mostrar os seus trabalhos.

Por sua vez, no Plano de Ações da SEJCD é considerada como ação prioritária a realização da III Conferência Nacional da Cultura, “por forma a conceber o documento

²² Atualmente não existem cursos superiores ou técnico-profissionais que deem qualificações em múltiplas áreas das ciências sociais, e em particular na área da cultura ou artes. Áreas como animação, produção e gestão cultural, património, história da arte, estudos artísticos, museologia, encenação, dramaturgia, entre muitas outras, não estão contempladas nos planos de ensino.

orientador da PNDC, captando investimentos, através dos parceiros bilaterais e multilaterais do desenvolvimento” (Plano de Ações da SEJCD, 2014: 2).

A III Conferência Nacional da Cultura realizou-se entre os dias 23 e 25 de Julho de 2015, na cidade de Cacheu, e reuniu membros do Governo, autoridades regionais e locais, agentes da sociedade civil e artistas que, sob o lema “Cultura ao Serviço da Nação”, proporcionaram uma discussão em torno das políticas culturais. Das medidas a desenvolver, destacam-se as seguintes²³:

Repensar a estrutura política da SEJCD numa lógica que melhor favoreça a promoção e dinamização do setor cultural, elevando a SEJCD a nível do Ministério da Cultura, e o aumento substancial do orçamento no OGE 2016 para o setor;
Elaborar a curto prazo uma Política Nacional da Cultura;
Incentivar o desenvolvimento da economia da cultura;
Criar os espaços culturais nas regiões;
Fortalecer as organizações da Sociedade Civil (fóruns e redes) que intervêm no setor cultural;
Elaborar os guias turísticos e culturais;
Criar um Fundo Nacional de Fomento Cultural, Juvenil e Desportivo;
Organizar regularmente os encontros de reflexão sobre a cultura (III Conferência Nacional da Cultura, 2015: 2-4).

Dois dos objetivos lançados pelo grupo de trabalho da III Conferência Nacional da Cultura, a construção do Palácio da Cultura e da Biblioteca Nacional, estão inclusivamente presentes no Plano *Terra Ranka*, que direciona parte do orçamento para a construção das duas infraestruturas (Figura 6).

Fondements et Moteurs de croissance	Domaines d'action	Programmes	Projets	Coût total estimé (en millions de FCFA)	Acquis (en millions de FCFA)	Besoins		Source du financement	Nature
						En millions F.CFA	En millions \$		
	Culture, jeu- nesse et sport	35.Culture	Construction du Palais de la Culture	1 500	-	1 500	2,5		Public
			Construction de la Bibliothèque nationale	2 000	-	2 000	3,3		Public
SOUS TOTAL				87 200	18 240	68 960	114,9		

Figura 6 - Distribuição do financiamento disponível para os projetos previstos no eixo Desenvolvimento Humano, domínio de ação Cultura, Juventude e Desporto do Plano Estratégico e Operacional da Guiné-Bissau *Terra Ranka* (Plan Strategique et Operationnel 2015-2020 *Terra Ranka* – Document 1: Resume executive, 2015: 28)

²³ Neste ponto, foram referidas apenas as medidas transversais a todos os domínios culturais. Tal como acontece com o Plano de Ações da SEJCD, as diferentes medidas que resultaram do trabalho desenvolvido durante a III Conferência Nacional da Cultura foram referidas nos respetivos domínios culturais, sendo que as políticas com correspondência no Programa do IX Governo foram, também, omissas. O mesmo se aplica às referências sobre a legislação, incluídas na secção da legislação.

A. Património Cultural e Natural

Museus

Atualmente a Guiné-Bissau não possui nenhum museu público. O antigo Museu Nacional Etnográfico, único museu público construído no país, resume-se a uma das sala do edifício da Direção Geral da Cultura, onde a sua coleção está sujeita ao pó e humidade e, por conseguinte, a uma degradação acelerada.

Existem no entanto algumas iniciativas privadas que tentam colmatar esta lacuna, nomeadamente o Museu de Bubaque Padre Biasutti, que exhibe várias peças de artesanato bijagós, o Museu do 7 Djonson, criado pela Artissal e pelo Instituto Marquês de Vale Flor com o objetivo de promover a cultura Papel através da exposição de utensílios, trajes e outros objetos do quotidiano, ou o Museu Memória de Guiledje, uma iniciativa da ONGD Acção para o Desenvolvimento dedicada à preservação da memória da guerra colonial naquela região.

O trabalho em torno dos museus e das coleções, nas suas várias vertentes (seja a nível da gestão, preservação, conservação, classificação, inventariação ou pesquisa), é praticamente inexistente bem como a formação nestas áreas.

O Programa do IX Governo apresenta medidas para o acervo fílmico nacional, propondo “a preservação, o restauro e a valorização do património fílmico e audiovisuais nacionais, em particular sobre o acervo da Luta de Libertação Nacional” (Programa do IX Governo, 2014: 63)²⁴.

Já o Plano de Ações da SEJCD propõe medidas direcionadas para os arquivos e documentação e para a requalificações das infraestruturas museológicas através das seguintes da instalação dos “arquivos museológicos e da documentação digitalizada no país, através de acordos assinados com os países fornecedores (Portugal, França e Alemanha)” e da redinamização do Museu Etnográfico Nacional e Museu Amílcar Cabral (Plano de Ações, 2014: 3).

Património Cultural

Tal como ficara visto, o Património Cultural é referido nos objetivos propostos para o Setor da Cultura. Mas este subdomínio é, também, referido numa das medidas propostas

²⁴ Estas medidas enquadram-se num momento em que a maior parte do espólio fílmico nacional guineense se encontra completamente destruído e em que o restante arquivo, que ainda se apresenta em condições (frágeis) para ser exibido, não está publicamente acessível.

pelo Ministério da Comunicação Social que prevê a “implicação dos órgãos de comunicação social na descoberta, valorização, promoção e difusão do vasto e rico património cultural, artístico e histórico da Guiné Bissau” (Programa do IX Governo, 2014: 61)²⁵.

Por outro lado, tendo em conta que o Património Cultural abrange edifícios de valor simbólico artístico, histórico, científico, antropológico, entre outros (UNESCO, 2009: 26), são identificadas, nas resoluções da III Conferência Nacional da Cultura, como medidas para este subdomínio, a construção do Palácio da Cultura, da Biblioteca Nacional – sendo estas últimas corroboradas pelo documento *Terra Ranka* - do Museu Nacional, da Escola de Música, do Centro de Recursos Culturais e, por fim, a criação do Instituto do Património Cultural da Guiné-Bissau (III Conferência Nacional da Cultura, 2015: 3-5).

Para além da construção destas infraestruturas, o grupo de trabalho da conferência propõe “elaborar um Plano Global de desenvolvimento Integrado para a gestão sustentável e recuperação física e cultural das cidades históricas” e “revitalizar a memória dos resistentes da libertação da Guiné-Bissau (III Conferência Nacional da Cultura, 2015: 3).

O Plano de Ações da SEJCD refere, ainda, como medida a desenvolver a identificação e inventariação do Património Cultural, onde se inclui os “bens culturais materiais e imateriais, monumentos, conjuntos, locais ou sítios e elementos naturais” (Plano de Ações da SEJCD, 2014: 3).

Património Natural

Relativamente ao Património Natural, coube ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural desenvolver medidas para este subdomínio que passam pela preservação, a valorização e o equilíbrio do mesmo através de quatro programas:

o programa de inventário e ordenamento florestal; o programa de repovoamento florestal e protecção de bacias hidrográficas; o programa de conservação dos recursos transfronteiriços e de reabilitação das populações de bovídeos (antílopes e gazelas) e animais de grande porte e o programa de criação de reservas florestais e conservação de biodiversidade (Programa do IX Governo, 2014: 21).

²⁵ Uma utilização positiva dos recursos disponíveis em favor da cultura já mostrou ser, em vários casos, bastante eficaz no trabalho de aproximação das populações à cultura. A utilização dos órgãos de comunicação social da Guiné-Bissau enquanto ferramentas de valorização e promoção do património cultural parece, assim, ser um passo importante no desenvolvimento de estratégias de comunicação e informação, aproximação e sensibilização da população guineense para as questões e “produtos” deste setor.

Estas medidas surgem num contexto em que a desflorestação das matas da Guiné-Bissau atingiu uma velocidade vertiginosa nos últimos anos, exercendo um impacto enorme na paisagem natural, na flora e fauna selvagens e na vida das pessoas²⁶.

Por outro lado, o património natural guineenses está bastante suscetível a inúmeras ameaças pela inexistência de uma legislação e um controlo eficazes que possibilitem salvaguardar o equilíbrio e a preservação dos ecossistemas.

No que diz respeito ao eixo Biodiversidade e Capital Natural, que tem como objectivo a preservação e valorização de forma sustentável dos recursos naturais do país, o Plano *Terra Ranka* apresenta dois domínios de ação complementares às ações previstas pelo Programa Governamental:

o desenvolvimento institucional que visa sobretudo a instaurar um quadro normativo e institucional de referência e a dotar a Guiné-Bissau dum corpo jurídico, dum modelo de governação e financiamento inovador que lhe confirmem o status de país africano na vanguarda mundial em matéria de desenvolvimento sustentável; e ii. a gestão sustentável de ecossistemas que implique o seguinte: conhecer estes ecossistemas e a biodiversidade para melhor salvaguardar os recursos vulneráveis; implementar a Estratégia Nacional de Áreas Protegidas (...) favorecer a preservação dos ecossistemas em todo o território (...) e finalmente implementar um Plano Climático para aumentar a resiliência do território nacional frente à mudança climática (Plano *Terra Ranka*, 2015: 12)²⁷.

Relativamente ao domínio Património Natural, são propostos 15 projetos (Figura 7).

²⁶ Este fenómeno está associado às queimadas feitas pelas populações para aumentar a área de plantação mas também à extração ilegal de madeira que tem vindo a aumentar e que decorre mediante pagamento, às populações ou até ao próprio Estado, dando permissão à extração de madeira, nomeadamente proveniente de florestas sagradas.

Também é de salientar a importância da relação existente entre os guineenses e as florestas sagradas, não só pelo impacto que a flora e a fauna representam no quotidiano das pessoas e na manifestação e perpetuação das suas tradições, mas também no que diz respeito à preservação desses mesmos lugares e espécies, muitos deles de acesso restrito a determinadas pessoas e cerimónias.

Fondements et Moteurs de croissance	Domaines d'action	Programmes	Projets	Coût total estimé (en millions de FCFA)	Acquis (en millions de FCFA)	Besoins		Source du financement	Nature
						En millions F CFA	En millions \$		
Biodiversité et capital naturel	Développement institutionnel	12. Réformes institutionnelles et cadre réglementaire de la gestion de l'environnement et du développement durable	Elaboration du cadre réglementaire du développement durable et appui à la mise en œuvre des conventions internationales	760	260	500	0,8		Public
			Création du Fonds National de l'Environnement (FNE)	2 000	-	2 000	3,3		Public
			Renforcement des capacités institutionnelles dans le domaine de la recherche et du contrôle	2 416	-	2 416	4,0		Public
			Création d'un Centre de traitement des Résidus et Produits Chimiques	2 000	-	2 000	3,3		Public/Privé
			Création d'un centre de traitement des déchets solides	2011	-	2011	3,4		Public/Privé
	13. Renforcement des capacités de gestion du capital naturel	Renforcement des Capacités de Gestion de l'Environnement et des forêts	3 000	500	2500	4,2		Public	
	Gestion durable des écosystèmes	14. Connaissance et surveillance des ressources naturelles	Surveillance et contrôle du territoire maritime	7 000	-	7 000	11,7		Public/Privé
			Inventaire et caractérisation des ressources halieutiques	1 500	-	1 500	2,5		Public
		Inventaire des forêts et Système de Suivi de la Végétation Forestière de la Guinée-Bissau (SIMOFLOR)	5 408	650	4 758	7,9		Public	
		15. Gestion des aires protégées (Mise en œuvre du SNAP)	Renforcement de l'IBAP et la mise en œuvre du Système National des Aires Protégées de la fondation Bio-Guinée	1 500	500	1 000	1,7		Public
		16. Préservation des écosystèmes*	Gestion durable des ressources naturelles (eau, sols et forêts)	8 000	547	7 453	12,4		Public
	17. Elaboration et mise en œuvre d'un Plan Climat	(*hors gestion des aires protégées et écosystèmes agropastoraux)	Projet de la conservation de la biodiversité, dont biodiversité marine	2 000	404	1 596	2,7		Public
Gestion durable des ressources fauniques			1 250	-	1 250	2,1		Public	
Plan national et projets d'adaptation aux changements climatiques		Plan national et projets d'adaptation aux changements climatiques	3 200	1 737	1 463	2,4		Public	
		Renforcement des capacités d'adaptation et de la résilience face aux changements climatiques	6 250	1 582	4 668	7,8		Public	
SOUS-TOTAL				48 295	6 180	42 115	70,2		

Figura 7 – Distribuição do financiamento disponível para os projetos previstos no eixo Biodiversidade e Capital Natural do Plano Estratégico e Operacional da Guiné-Bissau *Terra Ranka* (Plan Strategique et Operationnel 2015-2020 *Terra Ranka* – Document 1: Resume executive, 2015: 22-23)

O Património Natural e a sua requalificação e preservação apresenta-se intimamente relacionado com as políticas desenvolvidas para o setor do Turismo, onde o Arquipélago dos Bijagós ganha maior destaque. A preocupação em investir-se no setor turístico de forma sustentável e equilibrada a nível ecológico manifesta-se em algumas políticas para o Turismo, onde a requalificação do património natural do Arquipélago dos Bijagós e a criação de parcerias-chave com organizações como a Direção Geral do Ambiente, a CAIA, a UICN ou o IBAP surgem como prioridades (Programa do IX Governo, 2014: 46).

B. Performance e Celebração

Teatro e Dança

Tanto o Teatro como a Dança (e também a Música) estão fortemente ligados ao património cultural guineense, manifestando-se através das cantigas e dos contos tradicionais, das cerimónias, rituais e de outras práticas seculares reproduzidas e

(re)apropriadas pelas várias gerações; são eles modos de transmissão de conhecimento, de preservação da memória coletiva, de educação e de comunicação com o mundo natural e sobrenatural.

No entanto, devido à ausência de um ensino artístico nesta área e à falta de recursos materiais e humanos que criem oportunidades de formação e profissionalização, a grande parte dos seus praticantes são essencialmente pessoas sem formação qualificada e muito poucas serão aquelas que conseguem viver da profissão de ator ou bailarino, complementando-as com outras profissões geradoras de rendimento.

Não existe, portanto, uma companhia de teatro nacional, sendo que a única estrutura dita nacional, a Companhia de Ballet Nacional “Esta é a nossa pátria amada”, fundada em 1975 pelo Presidente Luís Cabral, não recebe de momento nenhum apoio público.

Em termos de infraestruturas, a Guiné-Bissau carece de salas de teatro e de espaços que possam ser utilizado para esse efeito, sendo que grande parte das atuações são feitas na rua, em espaços privados de ONGD’s e de associações ou então de organismos públicos internacionais.

Embora todo este quadro, tanto o Teatro como a Dança estão ausentes do Programa Governamental.

Existe, porém, uma referência nas resoluções da III Conferência Nacional da Cultura que propõe como objetivo a valorização dos grupos de *manjuandadi*, teatrais e folclóricos (III Conferência Nacional da Cultura, 2015: 4).

Um dos maiores acontecimentos que ocorre na Guiné-Bissau é o Carnaval, uma festa popular que reúne milhares de pessoas e inúmeros grupos que competem entre si por um prémio final e acaba por ser uma montra da diversidade étnica dos país mas também da multiplicidade de bairros existentes em Bissau.

Apesar da sua importância, o Carnaval só recebe um pequeno apoio público, sendo que cerca de mais de 80% do seu financiamento é garantido através de apoios privados de empresas de telecomunicações, principalmente. Em 2013, o Carnaval tinha custado aproximadamente 80.000.000 CFA e só se realizou pela atribuição de financiamento da empresa de telecomunicações Orange²⁸.

Também o Plano de Ações da SEJCD e o documento resultante da III Conferência Nacional da Cultura frisam a importância do Carnaval propondo como medidas “organizar e redimensionar o Carnaval, criando novo conceito de cultura do carnaval” (Plano de Ações da SEJCD, 2014: 3) e “institucionalizar e internacionalizar o Carnaval da Guiné-Bissau como

²⁸ Este dados foram fornecidos por João Cornélio durante a entrevista realizada em 2013 (Anexo A).

uma das fontes para o desenvolvimento da economia criativa” (III Conferência Nacional da Cultura, 2015: 3).

Música

A Guiné-Bissau é um país com uma tradição musical muito forte derivada, em grande parte, à diversidade étnica caracterizada pelas suas diferentes formas de musicalidade.

As *mandjuandadi*, os *griots* (contadores de histórias/poetas cantores), os *djidius* (trovadores), as cantigas infantis, as de trabalho e as de amigo, os cânticos dos rituais e de cerimónias (fanado, casamento, cerimónias fúnebres, etc.), os bailes de tina (que aconteciam clandestinamente no período colonial), fazem parte de um legado que sobreviveu à passagem do tempo e que ainda hoje se expressão no quotidiano do cidadão guineense.

O movimento de Luta de Libertação também influenciou o atual panorama musical ao valorizar a música tradicional guineense, utilizando-a como arma de luta, através da composição músicas de incentivo e motivação para os combatentes, e como meio de união entre as populações.

Recorrentemente utilizada na propaganda política, a música assumiu um papel essencial no período de da luta de libertação mas também no pós-independência.

A música moderna guineense, iniciada com José Carlos Schwarz, também responsável pela criação do primeiro grupo musical guineense, os Cobiana Djazz, assume uma grande expressão no país, embora a maioria dos seus músicos se encontrem emigrados.

O êxodo dos músicos guineenses (bem como da generalidade dos artistas nacionais) dá-se, não só, pela impossibilidade de se sobreviver através da sua atividade profissional (artística) porque a maioria da população tem um poder de compra muito baixo e pagar para assistir a concertos ou adquirir discos não constitui uma prioridade, mas também porque a própria produção musical e os meios técnicos necessários encontram-se muito pouco explorados.

Por outro lado, em termos de formação, não existe uma escola de música pública (a antiga Escola Nacional de Música José Carlos Schwarz, construída em 1980, está, atualmente, desativada e durante a guerra civil de 7 de Junho de 1998, o importante Centro de Documentação de Música e Dança foi destruído) nem cursos superiores nessa área.

Existem, no entanto, aulas de música em espaços privados como é o caso da Cobiana - Communication and Culture e o Centro Cultural Camões.

Ainda que os músicos guineenses sejam reconhecidos, tanto a nível nacional como a nível internacional, não existem apoios públicos ou estruturas públicas que apoiem estes profissionais, nem o atual Programa Governamental contempla medidas para este setor.

Festivais e Feiras

Por falta de estruturas físicas, por razões culturais, sociais, económicas ou climatéricas (ou pela junção de todos estes fatores), as atividades culturais acontecem principalmente nas ruas.

Em termos de festivais, a Guiné-Bissau contou com dois FESTAC, o primeiro realizado em 1992 e o segundo (e último) em 1996, ambos com o apoio do PNUD que disponibilizou, para o primeiro festival, um apoio de 80% do orçamento total, sendo que os restantes 20% foram assegurados parceiros internacionais²⁹.

Atualmente, apenas dois festivais acontecem com regularidade: o Festival Internacional Quilombola de Cacheu e o Festival de Música de Bubaque, ambos anuais e criados em 2010.

Em relação ao Festival de Música de Bubaque, as despesas são, atualmente, asseguradas pela União Europeia, mais precisamente através do programa ACPCultures+, que financiou, em 2014, 77,54% do orçamento total, sendo que o restante orçamento é suportado pela Cobiana Communications e por parceiros privados³⁰.

O Festival de Bubaque, ainda que seja um festival de música, procura, também, para além dos músicos nacionais, promover o património cultural e natural das ilhas dos Bijagós, destacando aspetos como a biodiversidade, o ecossistema e o turismo sustentável.

Outras iniciativas começaram a surgir, nomeadamente o festival de música Festival Bissau 2015 e a Mostra de Cinema HomenageArte que teve a sua primeira edição também este ano e que pretende homenagear nomes do cinema guineense.

Ainda na área da música, o Plano de Ações da SEJCD revela uma intenção de se organizar um festival infantil da canção (Plano de Ações, 2014: 4).

Em relação à área cinematográfica, o Programa do IX Governo pretende “incentivar a divulgação e promoção do cinema e do audiovisual a nível nacional através da realização

²⁹ Dados fornecidos por João Cornélio durante a entrevista realizada em Agosto de 2013 (Anexo A).

³⁰ Apresentação do projeto:

http://www.acpculturesplus.eu/sites/default/files/2015/03/17/fiche_328443_uk.pdf

de festivais nacionais e internacionais, que valorizem a imagem da Guiné-Bissau no mundo” (Programa do IX Governo, 2014: 63).

As resoluções da III Conferência Nacional da Cultura dão, ainda, a conhecer a necessidade de se promover uma Feira do Livro e uma bienal de artes e cultura (III Conferência Nacional da Cultura, 2015: 4).

C. Artes Visuais e Artesanato

Artes plásticas

O setor das artes plásticas está muito pouco desenvolvido na Guiné-Bissau. O mesmo setor enfrenta os mesmos obstáculos: inexistência de formação qualificada e ausência de espaços que possam acolher as obras artísticas, sejam eles galerias públicas ou privadas ou museus.

Na inexistência de um mercado de arte na Guiné-Bissau e de espaços próprios para a venda de obras, os poucos artistas plásticos que vivem no país conseguem vender o seu trabalho essencialmente através da internet e especificamente através do Facebook, conforme referiu Carlos Barros, durante uma entrevista ao jornal *Sol*³¹.

Medidas previstas para este subdomínio estão ausente do Programa do IX Governo mas surgem referidas no documento resultante da III Conferência Nacional da Cultura, associadas ao domínio da Educação e Formação e ao subdomínio Festivais e Feiras (através da promoção da bienal de artes).

Artesanato

O artesanato é uma atividade praticada essencialmente com objectivos turísticos, embora o turismo seja ela própria uma prática com pouco impacto na economia nacional.

A produção de artesanato pode acontecer dentro de escolas ou em oficinas construídas fora ou dentro das próprias casas dos artesãos.

Em termos de relevância, o Centro Artístico Juvenil (situado em Bissau) desempenha um importante papel no país, pelo número de artesãos que com ele colaboram e pela variedade e quantidade de peças.

³¹ Entrevista publicada a 27 de Novembro de 2012 no website oficial do jornal *Sol*: <http://www.sol.pt/noticia/63685>.

Para o Governo, o artesanato é encarado com uma atividade ligada diretamente ao comércio e não, em primeira instância, à cultura, pelo que coube ao Ministério do Comércio e Artesanato propor medidas para este subdomínio: são elas:

- Promover o recenseamento de Artesões em todo o território nacional para a criação de um banco de dados estatísticos;
- Criar a Câmara de Artes e ofícios Nacional e antenas regionais;
- Elaboração de Estatutos e Regulamento de funcionamento de Câmara de Arte e Ofícios;
- Reabilitar a fábrica de produção de móveis de bambu e rotins;
- Promover a criação da casa do artesão;
- Estabelecer o Sistema de Informação Sub-regional em matéria de Artesanato (SIRA);
- Promover a criação de Comité Técnico Nacional (CTN), para gestão do SIRA;
- Criação de um servidor destinado à introdução de dados estatísticos;
- Promover a operacionalização do Comité de Coordenação Nacional de (CCN) destinado ao seguimento e avaliação do projeto de Pequenas Empresas Artesanais (PAPEA- UEMOA) (Programa do IX Governo, 2014: 39).

A III Conferência Nacional da Cultura propõe, ainda, “valorizar as técnicas de produções tradicionais (olaria, cestaria, tecelagem etc.)” e “transformar Bissau Velho em vitrina de exposições de peças artesanais” (III Conferência Nacional da Cultura, 2015: 4) como forma de dinamização e promoção do artesanato nacional.

Investigação nas áreas das ciências sociais e humanidades

O INEP é a estrutura pública responsável pelo trabalho de pesquisa na área das ciências sociais embora não realize nenhum trabalho de pesquisa no campo cultural, dedicando-se à investigação e produção de artigos e publicações sobre sociologia e antropologia.

Segundo Odete Semedo, não existe um orçamento para a investigação científica e o Estado paga apenas os salários dos recursos humanos do INEP, estando, portanto, dependente de financiamentos internacionais.

Em relação ao Sistema Estatístico Nacional, fora proposta, em 2004, uma reforma do mesmo no sentido de modernizar e desenvolver os processos de levantamento e tratamento de dados estatísticos no país, nomeadamente sobre a área da cultura. Na proposta apresentada, cabia à Divisão de Estatísticas Demográficas e Sociais o cumprimento das seguintes funções:

- Elaborar e difundir as estatísticas correntes respeitantes à população, designadamente sobre demografia, saúde, educação, cultura e recreio, formação profissional, acidentes de trabalho, segurança social e justiça;
- Planear, realizar e difundir os inquéritos de base aos mesmos setores;
- Elaborar e difundir estimativas e projecções de população;

Elaborar e difundir as estatísticas derivadas e estudos e análises relativos aos mesmos setores (INEC, 2004: 50).

Tal como pode ser observado, a cultura constituía um dos setores-chave a ser trabalhado pelo SEN mas até ao momento não foram realizados quaisquer estudos estatísticos sobre o setor, contrariando o que estava previsto no programa proposto em 2004. No entanto, o Plano de Ações da SEJCD dá a conhecer a intenção de iniciar-se um trabalho de recolha de dados para elaboração da estatística cultural (Plano de Ações, 2014: 3).

Face à inexistente produção teórica de conhecimento sobre o setor cultural, o Ministério da Educação estabeleceu como objectivos para o Ensino Superior e Investigação Científica:

Estimular a investigação Científica associada ao Ensino e a Extensão universitárias de molde a estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e a reflexão crítica;
Promover o intercâmbio científico, técnico e cultural com outros estabelecimentos internacionais de Ensino Superior, especialmente com os países da CDEAO, CPLP e da UEMOA (Programa do IX Governo, 2014: 56).

Por sua vez, a III Conferência Nacional da Cultura, propõe como objetivos prioritários para o trabalho de investigação na área da cultura, o financiamento de “estudos aprofundados sobre a Escravatura e Arqueologia na Cidade de Cacheu e outras cidades históricas, e bem como o mapeamento arqueológico da Guiné-Bissau” e o mapeamento dos “actores culturais e artísticos para a constituição de uma base de dados” (III Conferência Nacional da Cultura, 2015: 3-4).

D. Livros

Bibliotecas, Livros e Leitura

A primeira e única biblioteca pública existente na Guiné-Bissau, resultado de uma parceria entre a ONGD "Afectos com Letras", a Rede de Bibliotecas de Pombal, as Bibliotecas Escolares da Guiné-Bissau e o Instituto Politécnico Benhoblô, fora construída em 2012 na capital. As restantes bibliotecas existentes no país estão distribuídas por escolas e entidades privadas, e muitas delas afastadas das populações que vivem nas regiões interiores do país.

O problema que advém do número insuficiente de infraestruturas, neste de caso, de bibliotecas, e, por conseguinte, pela dificuldade de acesso às mesmas, agrava-se ainda

mais com outros fatores que concorrem para um elevado nível de analfabetismo dos cidadãos guineenses e desinteresse generalizado pela leitura.

Iaguba Djalo, no artigo publicado em 2010 sobre o livro e a leitura pública na Guiné-Bissau, faz um retrato sobre esta realidade:

O índice nacional de leitura estima-se estar em menos de 1 livro lido por pessoa alfabetizada/ano e, mais de 60 %¹⁶ da população é tida como analfabeto e a grande maioria dos alfabetizados, tornaram-se ao longo das décadas, no que se designa de “analfabetos funcionais”, isso porque têm pouca familiaridade com o mundo da leitura diversificada e da escrita, sendo inseridos nos ambientes de perfeita exclusão em relação a leitura e a escrita. (...) Em termos gerais, pode-se afirmar que o guineense lê muito pouco e mal, as razões são várias, barreiras tais como: fraca capacidade de oferta seja (falta de infra-estruturas; escassez ou ausência do livro; inexistência de redes de bibliotecas públicas e livrarias), a tradição cultural; falta de tempo para exercitar a leitura, a pobreza, o acesso a uma educação formal que não oferece possibilidade de frequentar uma biblioteca com acervo que atenda as suas necessidades informacionais, a falta de estímulo ao hábito (leia-se prática) de ler e a falta de políticas para área cultural e educacional (Djalo, 2010: 6-7).

É neste panorama que o Governo prevê, em articulação com o Ministério da Educação Nacional, a construção de uma Biblioteca Nacional, a par da promoção da criação e difusão literária prevista pela SEJCD (Programa do IX Governo, 2014: 57).

A história da literatura na Guiné-Bissau é recente³². O primeiro poema escrito por um guineense foi em 1963, por Carlos Semedo, e a primeira prosa de ficção surge em 1993, com Domingas Samy (Couto, 2010: 60-77). A primeira editora pública, a Editora Nimbo, surgiu em 1987 tendo fechado posteriormente.

Atualmente a Guiné-Bissau conta apenas com uma editora (privada), a Ku Si Mon, criada em 1994 por um grupo de escritores, sendo que o INEP também apoia pontualmente com a edição de obras literárias, quando dispõe de financiamento para tal.

Face a este panorama, a III Conferência Nacional da Cultura propõe como medidas a desenvolver o incentivo e apoio de “publicações de obras dos historiadores guineenses entre os quais Dr. Mário Cissoko” e a criação do Instituto do Livro (III Conferência Nacional da Cultura, 2015: 3-4).

³² Aqui considera-se a literatura enquanto prática escrita, não incluindo, por isso, os textos falados/cantados que compõem a tradição oral.

Imprensa

No que se refere aos jornais nacionais, a imprensa guineense é constituída essencialmente por semanários (sendo que alguns dos semanários tem, também, uma versão digital)³³ e por blogues e jornais online que funcionam como meios de comunicação diária; *Bissau Digital*, *Ditadura do Consenso*, *Novas da Guiné* e *Gbissau* são as plataformas online mais dinamizadas.

A regulamentação e legislação da imprensa está sob a alçada do Ministério da Comunicação Social que engloba todos os meios de comunicação, incluindo a televisão e a rádio.

Segundo o Programa do IX Governo, o Ministério da Comunicação Social “é o departamento governamental ao qual compete formular, propor, coordenar e executar as políticas do Governo em matéria da comunicação social, em particular velar pela imparcialidade da imprensa público e a promoção da liberdade de imprensa privada, nos termos da lei” (Programa do IX Governo, 2014: 60).

Sendo a televisão um equipamento de elevado custo para grande parte da população, não só pelo seu preço de aquisição mas também pelas despesas associadas ao seu funcionamento e manutenção, a rádio constitui o principal meio de informação na Guiné-Bissau.

Para além das 3 rádios nacionais (a RDP África, a RDN e a RFI), existem várias rádios locais, regionais e comunitárias que possibilitam uma comunicação mais próxima com as populações através da circulação de uma informação mais localizada e de uma comunicação traduzida para línguas locais de forma a chegar às pessoas que não falam nem o português nem o crioulo.

A análise da situação atual dos meios de comunicação guineense é feita pelo Programa Governamental que considera que o quadro jurídico e institucional é incompleto, que os meios materiais e humanos relacionados com o setor são insuficientes e que a gestão dos recursos disponíveis é feita de forma deficiente (Programa do IX Governo, 2014: 60).

O Programa Governamental refere, ainda, que “em todos os setores notam-se grandes carências e dificuldades de funcionamento” (Programa do IX Governo, 2014: 60).e aponta como causas: insuficiência de equipamentos e de instalações, inexistência de meios de manutenção dos equipamentos, falta de consumíveis e falta de transportes (no plano

³³ Os semanários com tiragem regular são o *Nô Pintcha*, o único jornal estatal e que tem uma tiragem bissetimanal, *O Democrata*, jornal privado quinzenal e os semanários *Diário de Bissau*, *Gazeta de Notícias*, *Expresso de Bissau* e *Última Hora*.

material), ausência de um orçamento autónomo de funcionamento, o que torna difícil qualquer esforço de programação das atividades, ausência de autonomia editorial, administrativa, financeira e patrimonial (no plano financeiro), pessoal qualificado muito reduzido e excesso de pessoal não qualificado, falta de programas de formação e de planos de carreira e ausência de motivação dos quadros (no plano dos recursos humanos), estruturas internas pouco funcionais e confusão entre as atribuições dos diferentes departamentos, integração do pessoal na função pública, serviços demasiado burocratizados (no plano institucional) e, por fim, inexistência de estatutos editoriais nos órgãos de comunicação social (no plano redatorial) (Programa do IX Governo, 2014: 60-61).

Face a este conjunto de problemas, o Ministério da Comunicação Social traça como objetivos:

- Elaboração da legislação complementar e a revisão da já existente;
- Definição de uma política de comunicação que deve servir de quadro de referência para todos os parceiros de desenvolvimento;
- Reestruturação dos órgãos de comunicação social públicos, com vista à sua empresarialização;
- Desenvolvimento urgente da capacidade operacional dos órgãos e das diferentes estruturas de comunicação social: novas infraestruturas (Edifício da Rádio e da Televisão), reequipamento dos órgãos no quadro da transição analógico/digital - acção que deve decorrer impreterivelmente até Junho de 2015), modernização e equipamento da Agência Noticiosa da Guiné (ANG);
- Valorização dos profissionais da comunicação social e reconhecimento da particularidade e especificidade da sua actividade (carreira do jornalista e dos técnicos da comunicação social);
- Elaboração de um plano de formação, em função da avaliação dos níveis dos quadros da comunicação social;
- Descentralização da capacidade de produção e de difusão dos órgãos de comunicação;
- Implicação dos órgãos de comunicação social na descoberta, valorização, promoção e difusão do vasto e rico património cultural, artístico e histórico da Guiné Bissau;
- Redefinição em conjunto com a ANP, das competências e atribuições do Conselho Nacional de Comunicação Social;
- Criação de incentivos à comunicação social (fundo de apoio, incentivos fiscais, contratos programa etc.);
- Redimensionamento, reestruturação, reequipamento e modernização do setor público da comunicação social e implementação de medidas para a sua viabilização económica e financeira (empresarialização dos órgãos públicos);
- Descentralização (regionalização) das estruturas e dos meios de comunicação social necessários para que se tenha em conta as necessidades do meio rural assim como das particularidades culturais, sociais e económicas das comunidades locais;
- Maior apoio às associações profissionais nomeadamente através da “Casa da Imprensa” e das organizações da classe de jornalistas;
- Estímulo e apoio à criação de associações de utentes dos órgãos de comunicação social;
- Criação de células de comunicação institucional (assessorias de imprensa) nos departamentos e instituições da administração pública e no setor empresarial público;
- Apropriação das novas tecnologias de comunicação e de informação, através de acções de formação e da introdução dessas novas tecnologias nos órgãos de comunicação social nomeadamente a migração analógica para o digital;

Elaboração de uma Estratégia Nacional visando a mudança de imagem e a credibilização do país;
Estabelecimento de laços de cooperação com parceiros de desenvolvimento, contemplando as áreas da formação, do equipamento, do financiamento da produção e da co-produção e difusão televisiva de documentários sobre a Guiné-Bissau (Programa do IX Governo, 2014: 61-62).

E. Audiovisual e Media

Cinema

As salas de cinema, públicas ou privadas, são inexistentes na Guiné-Bissau. As que existiam no início do período pós-independência, distribuídas por várias regiões do país, foram sendo abandonadas, não resistindo à degradação do tempo³⁴.

Perante a inexistência de espaços com a qualidade necessária para a projeção e visionamento de filmes e que ofereçam à obra um lugar digno para as obras serem mostradas³⁵, na falta de uma programação continuada e diversificada de cinema, na ausência de uma política para o setor e de licenciamentos que protejam a obra e os direitos de autor e até os próprios interesses do público, tornou-se prática recorrente em todo o país a recriação de “salas de cinema” – os chamados clubes de cinema - em casas particulares onde são exibidos filmes, telenovelas, futebol e até pornografia.

O INCA, estrutura pública criada em 1978, apresenta uma infraestrutura degradada, sem espaço nem equipamento para projeções de filmes, e não disponibiliza quaisquer apoios financeiros para a criação cinematográfica.

Para o Setor do Cinema e Audiovisual a SEJCD estabeleceu as seguintes medidas:

Elaborar uma carta política sobre o setor de cinema e do audiovisual do país;
Apoiar e estimular a iniciativa da produção nacional cinematográfica e audiovisual;
Promover a preservação, o restauro e a valorização do património fílmico e audiovisuais nacionais, em particular sobre o acervo da Luta de Libertação Nacional (Programa do IX Governo, 2014: 63).

³⁴ Num documento preparado em 2004 que apresentava uma proposta de realização do 1º Encontro Nacional de Cinema na Guiné-Bissau (que acabou por acontecer em Janeiro de 2005 em Bissau), Carlos Vaz, diretor do INCA naquela altura, refere que no início da independência existiam 10 salas de cinema, 8 construídas durante o período colonial e 2 construídas posteriormente, fazendo um total de 5.500 lugares, e que pertenciam a maior parte a Clubes Desportivos. Essa salas acabaram, no entanto, por degradar-se e outras transformaram-se em armazéns. Carlos Vaz refere, ainda, que “a dinamização cinematográfica no meio rural por meios audiovisuais, financiados da ex-União Soviética, seria sol de pouca dura” (Vaz, 2004: 7).

³⁵ O auditório do Centro Cultural Franco Bissau Guineense é o único espaço que reúne as condições técnicas necessárias para a projeção de filmes em todo o país. O Centro Cultural Brasil-Guiné-Bissau promove sessões de cinema mas a sala e as condições que oferece não são as mais adequadas para o efeito.

Ensino e Formação

A educação formal pode ser um veículo para a formação de públicos da cultura, não só através do próprio ensino artístico mas também através da integração de conteúdos relacionados com o setor cultural e artísticos nos programas curriculares das restantes áreas de ensino e da promoção de iniciativas complementares que tenham como grande objetivo a aproximação dos estudantes às questões da cultura.

No que diz respeito ao património cultural e à sua articulação com a educação, o Ministério da Educação Nacional prevê, no âmbito dos objetivos para o ensino pré-escolar e escolar, a promoção de iniciativas que visem em primeira instância a “valorização do património histórico e simbólico guineense”, e em particular o legado da luta anti-colonial, visando a “consolidação do Estado democrático e de direito” (Programa do IX Governo, 2014: 52)³⁶.

No plano do cinema, a SEJCD considera como prioritário o estabelecimento de “parcerias internas para formação técnica de jovens na área cinematográfica” (Plano de Ações, 2014: 5) e “a formação e o ensino no âmbito do cinema e audiovisual, bem como da componente da multimédia” (Programa do IX Governo, 2014: 63).

O documento resultante da III Conferência Nacional da Cultura refere, ainda, como medidas a desenvolver, a inclusão do "ensino da cultura no currículo escolar", a integração da "arte, culinária e gastronomia no sistema educativo", a criação de um Escola de Música e de uma Escola Profissional de Artes e Ofícios (III Conferência Nacional da Cultura, 2015: 3-4), revelando, assim, uma intenção de se aproximar a cultura e as artes do plano curricular.

Uma das preocupações do IX Governo constitui a formação dos seus quadros, nomeadamente na área da cultura. Nesse sentido, a SECJD propõe capacitar e formar técnicos nas áreas da museologia, biblioteca e arquivo, direitos de autor e gestão coletiva, administração e cooperação cultural, gestão de atividades culturais e artísticas, gestão do património cultural, coreografia e encenação, sonoplastia e música (Plano de Ações, 2014: 3).

³⁶ No âmbito do ensino superior e investigação científica e em relação à área da cultura prevê-se um plano de ação já referido anteriormente (ver domínio C. Artes Visuais e Artesanato, subdomínio Investigação nas áreas das ciências sociais e humanidades).

Legislação

As resoluções da III Conferência Nacional da Cultura corroboram a necessidade de se intervir na atual legislação para a cultura, de forma a permitir uma regulamentação adequada aos vários domínios a ela associados:

Dotar o setor cultural de uma legislação adequada: lei de bases do património cultural, lei sobre o Direito de Autor e Direitos Conexos que revoga o Código dos Direitos de Autor, lei sobre a comercialização e exportação dos bens culturais, regulamento de espectáculos; regulamento de protecção do património arqueológico, regulamento de aposição obrigatória de selos nos fonogramas, regulamento que estabelece regras de importação e aluguer de videocassetes gravadas, etc.

Adoptar uma legalização que estimula a institucionalização de festivais, feiras de produtos, de artesanato, de intercâmbios e outros eventos que possam gerar lucros a economia;

Institucionalizar os mecanismos de certificação e valorização de produtos culturais;

Actualizar a Legislação depósito legal, que serve de interesse nacional, garantindo a aquisição, a gravação, a preservação e a disponibilidade do património público de uma nação.

Aplicar as leis que obrigam os órgãos de Comunicação Social na divulgação e promoção das obras de criadores intelectuais nacionais;

Aplicar a Lei do mecenato em articulação com campanhas de sensibilização (Resoluções III Conferência Nacional da Cultura, 2015: 3-5).

O Plano de Ações da SEJCD propõe, igualmente, para o caso específico do setor do cinema e audiovisual, uma legislação adequada através da aprovação do “Estatuto Orgânico do INCA, com a respetiva orgânica e lei do quadro”, da “lei Nacional de Cinema e do audiovisual”, do “regulamento nacional de fundo de produção de cinema e audiovisual” e do “regulamento técnico e condições de segurança dos recintos ou salas de exibição de filmes” (Plano de Ações da SEJCD, 2014: 5).

4.3.4. Políticas públicas locais: o Município de Bissau

Ao nível da divisão político-administrativa, a Guiné-Bissau encontra-se dividida em Regiões, que se subdividem em Setores, e estes, por sua vez, em Secções. Para além das 8 regiões existentes (Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara e Tombali), a administração guineense abrange, ainda, o Setor Autónomo de Bissau cuja sede se encontra localizada na capital (Nora, 2007: 40).

No que se refere à administração autárquica, o poder político do Estado Guineense compreende as autarquias locais que correspondem aos Municípios, que funcionam nos Setores, Secções Autárquicas, que funcionam nas Secções Administrativas, e às Juntas Locais, onde funcionam as Juntas de Moradores (Nora, 2007: 69).

Nos municípios, os órgãos representativos das autarquias locais correspondem à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal.

Segundo o Artigo 18º da Lei nº 7/96, de 9 de Dezembro, é da competência dos Municípios a realização de investimentos públicos nas áreas Equipamento Rural e Urbano, Educação e Ensino, Saúde e Segurança Social, Saneamento Básico: e Cultura, Tempos Livres e Desportos, onde se incluem: “Bibliotecas, Museus Municipais e Centros Culturais; Protecção do património paisagístico, urbanístico e etnocultural do município; Instalações para a prática recreativa e desportiva de interesse municipal” (Nora, 2007: 107).

Tendo em conta que a maior parte das câmaras municipais da Guiné-Bissau não possuem um departamento que se encarregue dos assuntos relativo à cultura, a Câmara Municipal de Bissau foi escolhida como forma de abordagem às políticas públicas locais para a cultura, não só por representar o trabalho feito a nível da administração local na capital do país, como, também, por ter um departamento encarregue da gestão dos assuntos culturais do município, o SASGCJD.

Na entrevista realizada ao SASGCJD (Anexo B), a Dra. Minhone Seidi, diretora do serviço, dá conhecer o plano de ação da Câmara Municipal, e deste serviço em particular, para a área da cultura, um plano que passa, antes de mais, pelo desenvolvimento de uma estratégia de gestão cultural e que inclui o licenciamento dos eventos culturais e o apoio às iniciativas comunitárias, individuais e privadas nesta área.

Como objetivos a alcançar nos próximos anos, o SASGCJD traçou um conjunto de ações prioritárias que visam revitalizar a vida cultural do município, através de uma relação eficaz e próxima entre os diferentes bairros que possibilite uma intervenção coletiva e articulada no contexto municipal, a promoção e apoio de atividades culturais e artísticas como formas de estimular a criatividade mas, também, a economia local, a valorização e proteção da identidade cultural do município bem como do seu património cultural, a criação de novos espaços culturais que sirvam os artistas e o público, a formação de agentes culturais e o apoio a trabalhos de pesquisa no âmbito do município.

Para o SASGCJD não existe um setor prioritário para a Câmara Municipal de Bissau pois todos eles acabam por ser uma prioridade, uma consequência, considera a Diretora do SASGCJD, causada pelos conflitos político-militares que decorreram nas últimas décadas, e que resultou numa “desfiguração” do património histórico-cultural.

5. Considerações finais

O presente trabalho consiste num estudo sobre o estado atual das políticas culturais na Guiné-Bissau, tendo como enfoque as políticas culturais desenhadas pelo IX Governo Constitucional do país.

Como base de trabalho e análise, recorreu-se ao Programa Governamental do IX Governo, apresentado em 2014, em diálogo com dois outros importantes documentos: o Plano de Ações – Quatro Ações/Realizações Prioritárias, da SEJCD, também elaborado em 2014, e o documento resultante da III Conferência Nacional da Cultura, realizada em 2015, e que, embora publicado oficialmente pelo IX Governo, contou com a colaboração de vários agentes da sociedade civil provenientes de diferentes áreas profissionais.

A análise destas e de outras fontes, oficiais e não oficiais, foi complementada com uma experiência empírica baseada na realização de entrevistas no terreno, e de uma observação direta sobre determinados aspetos relevantes para o estudo, entre eles: o estado físico de espaços e lugares de interesse cultural (instalações da Direção Geral da Cultura e do INCA, biblioteca pública de Bissau, monumentos e sítios históricos, entre outros), participação, enquanto público, de manifestações artísticas e acontecimentos culturais (espetáculos de dança, sessões de cinema, gravação de novela para rádio, rituais, etc.), visita ao arquivo do INEP, visita aos centros culturais dos diferentes organismos públicos internacionais (Centro Cultural Camões, Centro Cultural Franco-Bissau Guineense e Centro Cultural Brasil-Guiné-Bissau), entre outros.

Após a análise das informações obtidas através das diferentes técnicas de investigação, verificou-se que o IX Governo revela uma enorme vontade em investir no desenvolvimento do setor cultural, investimento esse que passa, não só, pela disponibilização de apoios financeiros públicos, como, também, pelo incentivo à capacitação profissional em diferentes áreas da cultura, criação de infraestruturas que possibilitem a mostra dos trabalhos dos artistas (nas suas devidas condições), articulação com o sistema educativo através da introdução de disciplinas artísticas, criação de uma legislação adequada às necessidades e exigências contemporâneas do setor, promoção de iniciativas que permitam a valorização e proteção do património cultural e natural, apoios a projetos de investigação na área das ciências sociais e a exploração da cultura e das artes enquanto formas de estímulo para a economia e desenvolvimento social.

As propostas apresentadas pelo IX Governo revelam, de facto, um “olhar” atento e preocupado sobre o setor cultural ao reconhecer, por um lado, as suas maiores fragilidades e, por outro, as suas potencialidades no que diz respeito ao desenvolvimento geral do país.

Também é de salientar a preocupação do governo em promover uma discussão coletiva, pública e participada sobre o futuro do setor, através da realização de uma conferência nacional sobre cultura, algo que não acontecia há quase 20 anos.

A nível local, e em particular no caso específico do Município de Bissau, também se verifica uma intenção de investimento e de dinamização do setor cultural, através do próprio conhecimento do território e das várias camadas sociais e culturais, que dele fazem parte.

Embora haja uma vontade clara, por parte do governo, em promover o desenvolvimento do setor cultural guineense, existem vários fatores que podem dificultar esse processo.

A instabilidade política que tem acompanhado a história da Guiné-Bissau, bem como uma inadequada gestão económica do país, constituem dois fatores que têm impedido o desenvolvimento, nomeadamente do setor cultural, não só porque torna-se difícil desenvolver e implementar projetos a longo prazo mas, também, porque os meios financeiros e materiais acabam por ser, em grande medida, direcionados para outros setores, considerados prioritários.

A par disso, o facto de os programas dos vários governos, e de outros documentos oficiais, não se encontrarem compilados num espaço de acesso público, como, por exemplo, o website oficial do governo (porque também este já teve vários endereços), torna extremamente difícil o trabalho de pesquisa.

Por não existir uma entidade pública ou privada, que se dedique ao estudo e à produção sistemática de conhecimento e informação sobre o setor cultural do país, é extremamente difícil falar sobre temas relacionados com a cultura, nomeadamente sobre políticas culturais, para além de que, inúmeras fontes de documentação sobre estudos artísticos (dança, música e teatro, essencialmente) e arquivos fílmicos, foram destruídos, danificados e perdidos durante a guerra civil de 1998, deixando uma enorme lacuna no conhecimento produzido até este período.

No que diz respeito à educação, a inexistência de formação artística, reconhecida pelos meios académicos, e a exclusão de disciplinas artísticas e de temas relacionados com a cultura dos planos curriculares, concorrem, por sua vez, para um afastamento entre os jovens e crianças e os estudos sobre o setor cultural e, por conseguinte, para o conhecimento geral sobre o seu próprio país (facto corroborado, em entrevista, pela Diretora do SASGCJD da Câmara Municipal de Bissau).

Não menos importante, é a taxa de analfabetismo existente na Guiné-Bissau. Considerando que grande parte da população guineense não sabe ler nem escrever (e, em muitos casos, até falar) português, torna-se insustentável promover uma oferta cultural, para

qual a compreensão da língua portuguesa se torna essencial, nomeadamente no caso dos livros ou dos filmes legendados e falados em português.

Neste sentido, e tendo em conta que constitui a língua oficial do país, considera-se ser da maior importância, um investimento sério e continuado no ensino do português, sem colocar de lado, porém, a valorização e salvaguarda da língua mais falada pelos guineenses, o crioulo.

Apesar de todo este panorama, e mesmo sem apoios públicos, as populações são responsáveis pela dinamização do setor cultural guineense, através da organização de iniciativas culturais que acontecem de forma regular, aconteçam nas ruas, em casas particulares ou em salas de entidades privadas.

E aqui será importante referir o trabalho desenvolvido pelos organismos públicos internacionais e pelas organizações da sociedade civil que, ao criarem condições e apoios para que os artistas guineenses possam mostrar o seu trabalho, acabam por substituir, em muitos dos casos, o papel do Estado.

Em suma, o IX Governo da Guiné-Bissau iniciou um trabalho muito positivo em termos de reflexão e de definição de estratégias para o setor cultural. Embora muito recente, esse trabalho já começou a ter resultados positivos ao nível do debate público, do trabalho desenvolvido pelos organismos internacionais (que reativaram os acordos culturais), da motivação das populações para a criação de projetos e iniciativas culturais ou da abertura de concursos públicos para a publicação de trabalhos científicos sobre a Guiné-Bissau (apoiados pelo INEP).

O desenvolvimento das políticas culturais deverá, no entanto, acontecer com o tempo e estabilidade necessários para que o processo decorra de forma sustentável, a médio e longo prazos, e que concorra efetivamente para o desenvolvimento geral do país, trazendo transformações positivas, não só, para o setor cultural, como, também, para o bem-estar e felicidade das populações.

Bibliografia

Albuquerque, Luísa Arroz (2011), “Política Cultural: conceitos e tipologias”, (Online), pp. 91-97

Disponível em:

https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/403/1/Par4_art6.pdf

BES (2013), *BES - Equitable and Sustainable Well-being - Summary*, (Online)

Disponível em:

http://www.misuredelbenessere.it/fileadmin/upload/Report_on_Equitable_and_Sustainable_Well-being_-_11_Mar_2013_-_Summary.pdf

Botelho, Isaura (2001), “Dimensões da Cultura e Políticas Públicas”, *São Paulo em Perspectiva*, (Online), 15 (2), pp. 73-83

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011

Cabral, Amílcar (1974), *P.A.I.G.C. Unidade e Luta – Textos Amílcar Cabral nº 2*, Lisboa, Publicações Nova Aurora

Cardoso, Higinio Lopes (2007), *Guiné Bissau: Índice de legislação 1975 a 2005*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa

Commonwealth Foundation (2008), *Putting Culture First*, (Online), Londres, Commonwealth Foundation

Disponível em:

http://www.acpcultures.eu/_upload/ocr_document/Commonwealth_PuttingCultureFirst_2008.pdf

Costa, António Firmino da (1997), “Políticas Culturais: Conceitos e Perspectivas”, *OBS nº2*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais

Couto, Hildo Honório do e Filomena Embaló (2010), “Literatura, Língua e Cultura na Guiné-Bissau”, *PAPIA - Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, (20), pp. 15-254

Djalo, Iaguba (2010), "O livro e a leitura pública no contexto de um país em vias do desenvolvimento: o caso da Guiné-Bissau", comunicação apresentada no 10º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, com o lema *Políticas de Informação na Sociedade em Rede*, Centro Cultural Vila Flor/Hotel de Guimarães, 7, 8 e 9 de Abril de 2010, Guimarães

Gardner, Sarah et al. (2012), "Cultural policies in Africa: local action informed by global perspectives prepared", paper apresentado no 3rd Pan-African Cultural Congress, com o tema *Culture, Societies and Sustainable Development*, Africa Union Conference Center, 28 a 30 de Agosto de 2012, Addis Ababa

Hawkes, Jon (2001), *The Fourth Pillar of Sustainability: Culture's essential role in public planning*, Melbourne, Common Ground Publishing Pty Ltd

Kovács, Máté (2008), "A Economia Criativa e a Erradicação da Pobreza na África: Princípios e Realidades", *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*, São Paulo, Itaú Cultural

Kovács, Máté (2009), *Cultural Policies in Africa - Compendium of reference documents*, Madrid, AECID/OCPA

Lopes, João Teixeira (2003), *Escola, território e políticas culturais*, Porto, Campo das Letras – Editores

Mbuyamba, Lupwishi (2009), "Culture and Development in Africa: what is at stake in local cultural policies?", paper publicado no 5th report of Agenda 21 for culture: *Cities, cultures and developments*, Maputo

Nora, Madalena e Ana Cláudia Marcos Carvalho (2007), *Colectânea de Legislação Administrativa da Guiné-Bissau*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa

Pinto, José Madureira (1994), "Uma reflexão sobre políticas culturais", em AA.VV, *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia

Pinto, José Madureira (1995), “Intervenção cultural em espaços públicos”, em Maria de Lourdes Lima dos Santos (coord.), *Cultura e Economia*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Pinto, José Madureira (1997), “Democracia e desenvolvimento cultural sustentado: o papel do Estado”, *OBS nº 1*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais

PNUD (2014), “Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência”, (Online)

Disponível em:

http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf

Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva

Santos, Maria Lourdes Lima dos (1988), “Questionamento à volta de três noções - a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas”, *Análise Social*, (Online), 24 (101-102), pp. 689-702

Disponível em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223031340N1gDW0zb2Gm99PA2.pdf>

Santos, Maria de Lourdes Lima dos e António Firmino da Costa (Coords.), Rui Telmo Gomes, Vanda Lourenço, Teresa Duarte Martinho, José Soares Neves e Idalina Conde (1999), *Impactos Culturais da Expo'98*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais

Sen, Amartya (1999), *Development as Freedom*, Oxford, Oxford University Press

Tylor, Edward (1871), *The Primitive Culture*, Londres, John Murray

UCLG (2009), *Agenda 21 for Culture - Culture and sustainable development: examples of institutional innovation and proposal of a new cultural policy profile*, (Online)

Disponível em:

<http://www.agenda21culture.net/index.php/docman/agenda21/241-report4full/file>

UCLG (2008), *Agenda 21 for Culture*, (Online)

Disponível em:

<http://www.agenda21culture.net/index.php/docman/agenda21/212-ag21en/file>

UNESCO, (1982), *Mexico City Declaration on Cultural Policies - World Conference on Cultural Policies Mexico City, 26 July - 6 August*, (Online)

Disponível em:

http://portal.unesco.org/culture/en/files/12762/11295421661mexico_en.pdf/mexico_en.pdf

UNESCO (1996), *Our Creative Diversity*, (Online), Paris, UNESCO

Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001055/105586e.pdf>

UNESCO (1998), *The Stockholm Conference - Action Plan on Cultural Policies for Development*, (Online)

Disponível em:

http://portal.unesco.org/culture/es/files/35220/12290888881stockholm_actionplan_rec_en.pdf/stockholm_actionplan_rec_en.pdf

UNESCO (1990), *World Decade for Cultural Development 1988-1997 – Plan of Action*, (Online)

Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000852/085291EB.pdf>

UNESCO (2002), *Universal Declaration on Cultural Diversity, Records of the General Conference – Volume I*, Paris, 15 Outubro a 3 de Novembro 2001, Paris, (Online)

Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001246/124687e.pdf>

UNESCO (2005), *Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions*, Paris

UNESCO (2009), *The 2009 UNESCO Framework for Cultural Statistics (FCS)*, (Online)

Disponível em:

<http://www.uis.unesco.org/culture/Documents/framework-cultural-statistics-culture-2009-en.pdf>

UNESCO (2009), *Investing in cultural diversity and Intercultural Dialogue*, (Online)

Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755e.pdf>

UNESCO (2013), *The Hangzhou Declaration - Placing Culture at the Heart of Sustainable Development Policies*, (Online)

Disponível em:

<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/images/FinalHangzhouDeclaration20130517.pdf>

Hayashi, Nao et al., “Why Culture is Key to Sustainable Development”, discurso realizado na Cimeira de Trabalho *Culture in the Post-2015 Sustainable Development Agenda*, 3 de Novembro de 2011, Cannes

Sitiografia

www.acpculturesplus.eu/sites/default/files/2015/03/17/fiche_328443_uk.pdf

www.arterialnetwork.org

www.data.worldbank.org/country/guinea-bissau

www.gov.gw/index.php?option=com_content&view=article&id=102&Itemid=734&lang=pt

www.grossnationalhappiness.com/articles/

www.noticias.sapo.mz/lusa/artigo/15380692.html

www.sol.pt/noticia/63685

Fontes

Carlos Vaz (1974), “A Visão Estratégica de Desenvolvimento da Guiné-Bissau” (documento não publicado)

Carlos Vaz (2004), “I Encontro Nacional de Cinema – Ontem, hoje, que futuro?” (documento não publicado)

DENARP I (2005)

DENARP II (2011-2015)

III Conferência Nacional da Cultura - Cultura ao Serviço da Nação – Resoluções finais, 2015

INEC (2004), *Projecto da legislação de base para a reforma do sistema estatístico nacional*

Jornal *Expresso Bissau*, Setembro, 2013

Plano Estratégico Operacional *Terra Ranka* – Documento 1: Resumo executivo

Programa do IX Governo Constitucional da Guiné-Bissau, 2014

Programa do Governo Provisório, 1981

Revista *África*, Março, 1988

Revista *O Militante*, nº1, 1977

Revista *Tchintchor* - *Revista Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos*, Outubro, 1997

SEJCD (2014), *Plano de Ações – Quatro ações/realizações prioritárias*

Anexos

Anexo A - Lista de entrevistas exploratórias

Nome do entrevistado	Qualidade em que foi entrevistado	Objetivos da entrevista	Data de realização	Local de realização
Abdulai Sillá	Escritor	Compreender o estado atual da literatura no país e das políticas para o livro/leitura bem como conhecer o estado atual das bibliotecas no país	19 de Setembro de 2013	Casa de familiares, Bissau
Carlos Vaz	Diretor do INCA	Compreender o estado atual do cinema	19 de Setembro de 2013	Centro Cultural Franco Bissau Guineense, Bissau
Ector Cassamá	Bailarino, coreógrafo e presidente do grupo Netos de Bandim	Conhecer a relação entre o Estado e a Dança	18 de Setembro de 2013	Bairro de Bandim, Bissau
Edison Gomes Ferreira	Diretor do Centro Académico José Carlos Schwarz	Conhecer o trabalho desenvolvido pelo Centro Académico José Carlos Schwarz	24 de Setembro de 2013	Espaço Lenox, Bissau
Flora Gomes	Cineasta	Compreender o estado atual do cinema	14 de Agosto de 2013	Café Ponto d'Encontro, Bissau
Gorka Gamarra	Técnico da UNESCO na Guiné-Bissau	Compreender trabalhos promovidos pela UNESCO na área da cultura no contexto guineense	15 de Agosto de 2013	Restaurante Kalliste, Bissau
João Cornélio	Diretor Geral da Cultura e musicólogo	Conhecer os apoios públicos existentes para a cultura bem como a relação entre o Estado e a cultura e os	27 de Agosto de 2013	Instalações DGC, Bissau

		projetos culturais desenvolvidos na Guiné-Bissau com o apoio da DGC		
José Manuel Fortes	Músico e membro fundador da Cobiana - Communication and Culture	Conhecer a relação entre o Estado e os músicos e artistas nacionais ao longo da história do país até à atualidade (2013)	4 de Setembro de 2013	Instalações da Cobiana - Communication and Culture, Bissau
Mariana Ferreira	Presidente da associação Artissal	Conhecer o trabalho desenvolvido pela Artissal e por outras associações na área do turismo cultural e da valorização dos aspetos culturais étnicos	7 de Agosto de 2013	Sede da Artissal, Bissau
Miguel Barros	Investigador, sociólogo e membro da associação Tiniguena	Conhecer contexto histórico e social guineense	15 de Agosto de 2013	Sede da Tiniguena, Bissau
Odete Semedo	Investigadora do INEP	Conhecer que tipo de trabalhos (projetos e publicações) de investigação e de pesquisa existem sobre a área da cultura e modo de funcionamento do INEP	14 de Agosto de 2013	INEP, Bissau
Óscar Cunha	Gestor de um clube de cinema particular	Perceber a forma de funcionamento dos clubes de cinema particulares	18 de Setembro de 2013	Casa particular, Bissau
Fafali Koudawo	Professor e reitor da Universidade Colinas de Boé	Perceber a ligação entre o ensino, a cultura e as artes e conhecer a relação entre o Estado e a cultura a partir do pós-independência.	20 de Setembro de 2013	Universidade Colina de Boé, Bissau

Anexo B - Entrevista semi-diretiva à Dra. Minhone Seidi, diretora do SASGCJD da Câmara Municipal de Bissau

1. Quais as principais funções da Ação Social, Género, Cultura e Desporto?

A Direção da Ação Social enquadra-se na nova forma de Gestão da Câmara Municipal de Bissau que põe em destaque o bem-estar dos munícipes, sustentando-se num modelo de desenvolvimento que tem como desafio minimizar os contrastes sociais e económicos, e que busca a melhoria das condições de vida da população por meio da oferta de serviços públicos que garantam a inclusão social, porque a “cidade é de todos e é para todos”.

A Direção de Ação Social, Género, Cultura Juventude e Desporto tem por missão executar as políticas e programas municipais nas áreas de proteção/ações sociais e género, bem como no desenvolvimento de atividades culturais e desportivas direcionadas para a população mais carenciada com destaque para as mulheres, jovens, crianças e portadores de deficiência.

A estrutura orgânica é composta por uma Diretora de Serviço designada em comissão de serviço pelo Presidente da Câmara Municipal de Bissau e contempla os seguintes departamentos: cultura; juventude e desporto; ação social e género.

São funções principais desta direção:

- _ Propor uma política e estratégia de ação social e Género;
- _ Propor uma estratégia de gestão desportiva e cultural;
- _ Gerir os aspetos de apoio relacionados com as vítimas de calamidades e carência extrema;
- _ Assegurar a gestão e desenvolvimento do desporto de forma massiva ao nível dos bairros;
- _ Licenciar os eventos culturais e municipais;
- _ Apoiar as iniciativas culturais das comunidades, individualidades e setor privado.

2. No que se relaciona com a cultura, quais os objetivos que a Câmara de Bissau e ASGCD preveem alcançar nos próximos anos?

A aposta na oferta cultural representa um dos eixos em que a DASGJCD procurará intervir de forma mais sustentada, criando condições para que os vários bairros da cidade dialoguem entre si e construam experiências conjuntas de intervenção.

Ações prioritárias:

- _ Promover uma Agenda Cultural da Cidade participada, regular, sistemática, planificada e publicitada e acompanhar a sua execução;
- _ Promover e apoiar as atividades culturais e estimular a arte como parte indissociável da identidade e do prestígio da cidade e importante para o aumento da criatividade, da inovação e para o aumento do capital social;
- _ Dinamizar, promover e incentivar a vida cultural da cidade, não só numa perspetiva de preservação e difusão, mas também da indústria da cultura associada ao turismo;
- _ Proceder ao levantamento da realidade cultural do município e desenvolver as ações necessárias à preservação da sua identidade;
- _ Promover a integração dos espaços culturais existentes, públicos e privados, numa verdadeira rede ao serviço da cidade;
- _ Planear e promover a pesquisa, cadastro, inventariação, classificação, proteção e divulgação do património histórico-cultural do município;
- _ Promover a formação de agentes culturais;
- _ Promover a difusão dos valores histórico-culturais do município;
- _ Promover a proteção, conservação e restauro de obras de arte pública e estatutária da responsabilidade do município;
- _ Realizar estudos, com o apoio técnico especializado, para a criação, organização e gestão de bibliotecas municipais, museus, galerias de arte e centros de artesanato.

3. Quais os setores culturais (cinema, música, artes plásticas) são prioritários? Porquê?

Não existe um setor prioritário. Existe uma lacuna geral que se foi acentuando com os sucessivos conflitos político-militares que culminou numa desfiguração do nosso património histórico-cultural.

Milhares de Guineenses desconhecem a história do nosso país e os patrimónios históricos e culturais que o país dispõe, nomeadamente a Fortaleza d'Amura, casas de Bissau Bedjo, Praça dos Heróis Nacionais, Sé Catedral Nossa Senhora de Candelária etc.

É necessário criar as condições para a democratização da Cultura, através da criação de espaços culturais acessíveis às populações desfavorecidas e atividades culturais que possam funcionar como complemento ao sistema educativo.

Por outro lado, como foi explicado anteriormente, é preciso investir na criação de infraestruturas culturais para que os nossos artistas se sintam motivados e tenham espaços físicos para exhibir as suas obras.

O setor musical e audiovisual ainda vão sendo os mais desenvolvidos, mas que ainda carecem de muita formação e investimento. É preciso criar condições para que os nossos músicos espalhados pelo mundo possam crescer mais e dar espetáculos de qualidade no nosso país. O setor audiovisual, como se sabe, é um veículo importante para a informação e cultura gerais, mas devido as várias conjunturas políticas e sociais, a Guiné-Bissau não possui uma única sala de cinema público. O Instituto do Cinema não possui quaisquer apoios financeiros para produção de audiovisuais nem para o apoio dos jovens cineastas.

4. Existem políticas culturais delineadas pelo Estado?

Não existe uma política cultural delineada. Existe uma orientação dada pela SEJCD e é com base no programa do Governo. Neste sentido, está programado a realização da III conferência Nacional da Cultura no mês de Setembro com o objetivo da definição de uma política Nacional da Cultura. Pretende-se com esta conferência delinear uma Política Cultural comum e definir estratégias de intervenção para todos os setores culturais do país.

5. Todos os setores da G. Bissau têm uma representação da ASGCD?

Não.

6. Quais as verbas existentes para a área cultural e de que forma está prevista a sua distribuição por projetos?

(não respondido)

7. Para além das verbas públicas (do Estado) existem apoios diretos privados para a área cultural? Se sim, pode referi-los?

Relativamente as questões relacionadas com o orçamento não me encontro em condições neste momento de lhe fornecer dados.

8. Outros aspetos que considere relevante enunciar e que não foram referidos?

(não respondido)

Anexo C - Grelha de apresentação dos governos constitucionais e provisórios da Guiné-Bissau

Período do governo	Partido	Presidente do governo	Ministério que tutela a cultura	Tutela da cultura	Responsável pela tutela³⁷	Legislação³⁸
1973 (proclamação da Independência do País) – 1980 (golpe de Estado)	PAIGC	I - Luís Cabral – Presidente do Conselho de Estado	Não existe	Conselho Nacional da Cultura	1973 - Manuel Saturnino - Subcomissário de Estado da Educação e Cultura 1978-1980 - Mário Pinto de Andrade – Comissário da Cultura e Informação e coordenador-geral do Conselho Nacional da Cultura (1974-1978)	Lei 3/73 - Cria Subcomissariado de Estado da Educação e Cultura Decisão nº 4/75 - Extingue as designações de Subcomissários de Estado e Subcomissariados de Estado que passam a designar-se Comissários de Estado e Comissariados de Estado Decisão nº 5/77 - Extingue o Comissariado de Estado da Educação e Cultura

³⁷ Durante o trabalho de pesquisa não foi possível ter acesso a documentação que pudesse dar a conhecer os membros dos governos, nomeadamente, os nomes das pessoas responsáveis pela tutela da cultura. Todas as informações aqui presentes foram obtidas através da colaboração de diferentes pessoas na construção do quadro.

³⁸ Legislação retirada da compilação *Guiné Bissau: Índice de legislação 1975 a 2005* (Cardoso, 2007).

Não foi possível ter acesso à legislação guineense, referente à área da cultura, publicada a partir do ano 2000.

<p>1980 - 1984</p>	<p>PAIGC</p>	<p>II - João Bernardo Vieira - Presidente do Conselho de Revolução</p>	<p>1981 - Ministério da Informação e Cultura</p>	<p>Ministério da Informação e Cultura</p>	<p>1981 – Filinto de Barros – Ministro da Informação e Cultura</p>	<p>Decisão nº4/81 – Cria Ministério da Informação e Cultura</p>
<p>1984 - 1994</p>	<p>PAIGC</p>	<p>III - João Bernardo Vieira - Presidente do Conselho de Estado e Chefe do Governo</p>	<p>1984 - Ministério da Educação, Cultura e Desporto 1989 - Sob dependência direta do Chefe do Governo</p>	<p>1984 - Secretaria de Estado da Cultura e Desporto 1992 – Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desporto</p>	<p>1984 – Desconhecido 1992 - Fernando Delfim da Silva - Secretário de Estado da Cultura, Juventude e Desporto</p>	<p>Decreto-Lei 2/84 – Cria Ministério da Educação, Cultura e Desportos Cria Secretaria de Estado da Cultura e Desporto Extingue o Ministério da Informação e Cultura Decreto-Lei nº1/89 - Extingue Ministério da Educação, Cultura e Desportos Decreto Presidencial nº5/89 – A Secretaria de Estado da Cultura e Desportos fica na dependência direta do Chefe do Governo Decreto-Lei 6/92 - Constituição da Estrutura Orgânica do Governo inclui Ministério da Educação e Cultura Cria Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e</p>

						<p>Desporto Extingue o Ministério da Educação e Cultura</p> <p>Decreto-Lei nº1/93 - Extingue a Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desporto</p>
<p>1994 (primeiras eleições livres) - 1999</p>	<p>PAIGC</p>	<p>IV - João Bernardo Vieira – Presidente da República</p>	<p>1994 – Sob dependência direta do primeiro-ministro</p> <p>1996 - Ministério da Juventude, Cultura e Desporto Extingue Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desporto</p> <p>1997 - Sob dependência direta do primeiro-ministro</p> <p>1998 - Ministério da Juventude, Cultura e Desportos</p>	<p>1994 - a Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desporto</p> <p>1996 - Ministério da Juventude, Cultura e Desporto</p> <p>1997 - Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desporto</p>	<p>Desconhecido</p>	<p>Decreto Presidencial nº2/94 - Cria a Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desporto sob dependência do Primeiro Ministro</p> <p>Decreto Presidencial nº4/96 - Cria Ministério da Juventude, Cultura e Desporto Extingue Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desporto</p> <p>Decreto Presidencial nº6/97 - Cria a Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desporto sob dependência direta do Primeiro Ministro Extingue Ministério da Juventude, Cultura e Desporto</p> <p>Decreto Presidencial nº11/98 - O Governo da Unidade Nacional compreende o</p>

						Ministério da Juventude, Cultura e Desportos
2000 - 2003	PRS	V - Kumba Ialá – Presidente da República	Ministério das Infraestruturas Sociais	Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desportos	2002 - Isidoro Afonso Rodrigues - Secretário de Estado da Juventude, Cultura e Desportos	Decreto Presidencial nº2/2000 - É mantida a Secretaria de estado da Juventude, Cultura e Desportos sob a tutela do Ministério das Infraestruturas Sociais
2005 – 2009 (João Bernardo Vieira é assassinado)	PAIGC	VI - João Bernardo Vieira - Presidente da República	Ministério da Cultura, Juventude e Desporto	Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto	2007 - Adiatu Djaló Nandinga - Ministra da Cultura, Juventude e Desporto	Desconhecido
2009 – 2011 (morte de Bacai Sanhá por doença)	PAIGC	VII - Malam Bacai Sanhá – Presidente da República	Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e Desporto	Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desportos	Artur Silva - Ministro da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e Desporto Fernando Saldanha - Secretário de Estado da Juventude, Cultura e Desportos	Desconhecido
2012 (golpe de estado)	PAIGC	VIII - Manuel Serifo Nhamadjo – Presidente da República de transição	Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e Desporto	Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto	2012 - Vicent Pungura - Ministro da Educação Nacional, Juventude, Cultura e Desportos 2013 - Alfredo Gomes - Ministro da Educação Nacional Juventude Cultura e Desportos	Desconhecido

					2013 - Helena Barbosa, Secretária de Estado da Juventude Cultura e Desportos	
2014-2015 (demissão do primeiro-ministro)	PAIGC	IX - José Mário Vaz - Presidente da República	Sob dependência direta do Primeiro-Ministro	Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto	Tomás Barbosa - Secretário de Estado da Juventude, Cultura e Desporto	Desconhecido

Anexo D - Framework for Cultural Statistics: políticas setoriais do IX Governo

Domínios culturais	Subdomínios	Programa do IX Governo Constitucional da Guiné-Bissau	Plano de ações prioritárias da SEJCD	Resoluções finais da III Conferência Nacional da Cultura	Políticas públicas locais - SASGCJD da Câmara Municipal De Bissau
Setor da Cultura	-	<ul style="list-style-type: none"> _ Elaborar o documento da Política de desenvolvimento cultural. [SECJD] 	<ul style="list-style-type: none"> _ Criar um documento que define a Política Nacional de Desenvolvimento Cultural (PNDC). 	<ul style="list-style-type: none"> _ Repensar a estrutura política da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desportos (SEJCD) numa lógica que melhor favoreça a promoção e dinamização do setor cultural, elevando a SEJCD a nível do Ministério da Cultura, e o aumento substancial do orçamento no OGE 2016 para o setor; _ Elaborar a curto prazo uma Política Nacional da Cultura; _ Elaborar um Plano Global de desenvolvimento Integrado para a gestão sustentável e recuperação física e cultural das cidades históricas; _ Incentivar o desenvolvimento da economia da cultura; _ Fortalecer as organizações da Sociedade Civil (fóruns e redes) que intervêm no setor cultural; _ Elaborar os guias turísticos e culturais; _ Elaborar um Plano Estratégico da Cultura; _ Criar um Fundo Nacional de 	<ul style="list-style-type: none"> _ Promover uma Agenda Cultural da Cidade participada, regular, sistemática, planificada e publicitada e acompanhar a sua execução; _ Promover e apoiar as atividades culturais e estimular a arte como parte indissociável da identidade e do prestígio da cidade e importante para o aumento da criatividade, da inovação e para o aumento do capital social; _ Dinamizar, promover e incentivar a vida cultural da cidade, não só numa perspetiva de preservação e difusão, mas também da indústria da cultura associada ao turismo;

				<p>Fomento Cultural, Juvenil e Desportivo;</p> <ul style="list-style-type: none"> _ Organizar regularmente os encontros de reflexão sobre a cultura. 	<ul style="list-style-type: none"> _ Proceder ao levantamento da realidade cultural do município e desenvolver as ações necessárias à preservação da sua identidade.
A. Património Cultural e Natural	Museus	<ul style="list-style-type: none"> _ Promover a preservação, o restauro e a valorização do património fílmico e audiovisuais nacionais, em particular sobre o acervo da Luta de Libertação Nacional. [SECJD] 	<ul style="list-style-type: none"> _ Redinamizar o Museu Etnográfico Nacional e Museu Amílcar Cabral (Bafatá); _ Instalar os arquivos museológicos e da documentação digitalizada no país, através de acordos assinados com os países fornecedores (Portugal, França e Alemanha); _ Promover a preservação e digitalização do património fílmico e audiovisuais nacionais, em particular sobre o acervo da Luta de Libertação Nacional e a sua divulgação, através de convénios internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> _ Requalificar e redimensionar o Museu Nacional. 	-

	<p>Património Cultural</p>	<p>– Preservar, valorizar e difundir o Património Cultural Nacional [SECJD] – Construir uma Biblioteca Nacional [Ministério da Educação Nacional]</p>	<p>– Identificar e Inventariar o património Cultural (bens culturais Materiais e Imateriais, Monumentos, Conjuntos, Locais ou Sítios e Elementos Naturais).</p>	<p>– Repensar a criação de uma estrutura específica em matéria de conservação e salvaguarda do Património Cultural (Instituto do Património Cultural da Guiné-Bissau); – Revitalizar a memória dos resistentes da libertação da Guiné-Bissau; – Estimular a inventariação e salvaguarda do Património Cultural da Guiné-Bissau (material e imaterial); – Construir as infraestruturas culturais (Palácio da Cultura, Biblioteca Nacional, Museu Nacional, Escola de Música, etc.); – Criar os espaços culturais nas regiões; – Criar um Centro de Recursos Culturais.</p>	<p>– Promover a difusão dos valores histórico-culturais do município; – Promover a proteção, conservação e restauro de obras de arte pública e estatúária da responsabilidade do município; – Promover a integração dos espaços culturais existentes, públicos e privados, numa verdadeira rede ao serviço da cidade.</p>
	<p>Património Natural</p>	<p>– Preservar e valorizar o estado de equilíbrio do património natural (florestas, solos, água e biodiversidade), tais como: o Programa de inventário e ordenamento florestal; o Programa de repovoamento florestal e proteção de bacias hidrográficas; o Programa de conservação dos recursos transfronteiriços e de</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>-</p>

		reabilitação das populações de bovídeos (antílopes e gazelas) e animais de grande porte; o Programa de criação de reservas florestais e conservação de biodiversidade. [Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural]			
B. Performance e Celebração	Teatro e Dança	-	- Organizar e redimensionar o Carnaval, criando novo conceito de cultura do Carnaval.	- Valorizar os grupos de <i>mandjuandadi</i> , teatrais e folclóricos; - Institucionalizar e internacionalizar o Carnaval da Guiné-Bissau como uma das fontes para o desenvolvimento da economia criativa.	-
	Música	-	-	-	-
	Festivais e Feiras	- Incentivar a divulgação e promoção do cinema e do audiovisual a nível nacional através de realização de festivais nacionais e internacionais, que valorizem a imagem da Guiné-Bissau no mundo. [SEJCD]	- Realizar festivais nacionais e internacionais e festival infantil da canção.	- Criar a bienal das artes e cultura; - Promover Feira do Livro.	-

C. Artes Visuais e Artesanato	Artes plásticas	-	-	-	-
	Artesanato	<ul style="list-style-type: none"> _ Promover o recenseamento de Artesãos em todo o território nacional, para a criação de um banco de dados estatísticos; _ Criar a Câmara de Artes e Ofícios Nacionais e antenas regionais; _ Elaboração de estatutos e Regulamento de funcionamento da Câmara de Artes e Ofícios; _ Reabilitar a fábrica de produção móveis bambu e rotins; _ Promover a criação da Casa do Artesão; _ Estabelecer o Sistema de Informação Sub-regional em matéria de Artesanato (SIRA); _ Promover a criação do Comité Técnico Nacional (CTN) para gestão do SIRA; Criação de um servidor destinado à introdução de dados estatísticos; _ Promover a 	-	<ul style="list-style-type: none"> _ Transformar Bissau Velho em vitrina de exposições de peças artesanais; _ Valorizar as técnicas de produções tradicionais (olaria, cestaria, tecelagem etc.). 	-

		operacionalização do Comité de Coordenação Nacional (CNN) destinado ao seguimento e avaliação do projeto de Pequenas Empresas Artesanais (PAPEA-UEMOA); <ul style="list-style-type: none"> _ Estabelecer o Sistema de Informação Sub-regional em matéria de Artesanato (SIRA). [Ministério do Artesanato e Comércio]			
	Investigação na área das ciências sociais e humanidades	<ul style="list-style-type: none"> _ Estimular a investigação Científica associada ao Ensino e a Extensão universitárias de molde a estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e a reflexão crítica; _ Promover o intercâmbio científico, técnico e cultural com outros estabelecimentos internacionais de Ensino Superior, especialmente com os países da CDEAO, CPLP e da UEMOA [Ministério da Educação Nacional]	<ul style="list-style-type: none"> _ Recolher os dados para elaboração a Estatística Cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> _ Mapear os atores culturais e artísticos para a constituição de uma base de dados; _ Financiar os estudos aprofundados sobre a Escravatura e Arqueologia na Cidade de Cacheu e outras cidades históricas, e bem como o mapeamento arqueológico da Guiné-Bissau. 	<ul style="list-style-type: none"> _ Realizar estudos, com o apoio técnico especializado, para a criação, organização e gestão de bibliotecas municipais, museus, galerias de arte e centros de artesanato; _ Planear e promover a pesquisa, cadastro, inventariação, classificação, proteção e divulgação do património histórico-cultural do município.
D. Bibliotecas, Livros e	Bibliotecas, Livros e Leitura	<ul style="list-style-type: none"> _ Promover a criação e difusão artística e literária. 	<ul style="list-style-type: none"> _ Promover e difundir a criação 	<ul style="list-style-type: none"> _ Criar o Instituto do Livro; _ Incentivar e apoiar as 	-

<p>Leitura</p>		<p>[SECJD] – Construir uma Biblioteca Nacional. [Ministério da Educação Nacional]</p>	<p>artística e literária.</p>	<p>publicações de obras dos historiadores guineenses entre os quais Dr. Mário Cissoko.</p>	
-----------------------	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

	Imprensa	<ul style="list-style-type: none"> _ Elaboração da legislação complementar e a revisão da já existente; _ Definição de uma política de comunicação que deve servir de quadro de referência para todos os parceiros de desenvolvimento; _ Reestruturação dos órgãos de comunicação social públicos, com vista à sua empresarialização; _ Desenvolvimento urgente da capacidade operacional dos órgãos e das diferentes estruturas de comunicação social: novas infraestruturas (Edifício da Rádio e da Televisão), reequipamento dos órgãos no quadro da transição analógico/digital - ação que deve decorrer impreterivelmente até Junho de 2015), modernização e equipamento da Agência Noticiosa da Guiné (ANG); _ Valorização dos profissionais da comunicação social e reconhecimento da particularidade e 	-	-	-
--	----------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	---	---

	<p>especificidade da sua atividade (carreira do jornalista e dos técnicos da comunicação social);</p> <ul style="list-style-type: none">– Elaboração de um plano de formação, em função da avaliação dos níveis dos quadros da comunicação social;– Descentralização da capacidade de produção e de difusão dos órgãos de comunicação;– Implicação dos órgãos de comunicação social na descoberta, valorização, promoção e difusão do vasto e rico património cultural, artístico e histórico da Guiné Bissau; <p>Redefinição em conjunto com a ANP, das competências e atribuições do Conselho Nacional de Comunicação Social;</p> <p>Criação de incentivos à comunicação social (fundo de apoio, incentivos fiscais, contratos programa etc.);</p> <ul style="list-style-type: none">– Redimensionamento , reestruturação, reequipamento e modernização do setor		
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

	<p>público da comunicação social e implementação de medidas para a sua viabilização económica e financeira (empresarialização dos órgãos públicos);</p> <ul style="list-style-type: none">_ Descentralização (regionalização) das estruturas e dos meios de comunicação social necessários para que se tenha em conta as necessidades do meio rural assim como das particularidades culturais, sociais e económicas das comunidades locais;_ Maior apoio às associações profissionais nomeadamente através da “Casa da Imprensa” e das organizações da classe de jornalistas;_ Estímulo e apoio à criação de associações de utentes dos órgãos de comunicação social;_ Criação de células de comunicação institucional (assessorias de imprensa) nos departamentos e		
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

	<p>instituições da administração pública e no setor empresarial público;</p> <ul style="list-style-type: none">_ Apropriação das novas tecnologias de comunicação e de informação, através de ações de formação e da introdução dessas novas tecnologias nos órgãos de comunicação social nomeadamente a migração analógica para o digital;_ Elaboração de uma Estratégia Nacional visando a mudança de imagem e a credibilização do país;_ Estabelecimento de laços de cooperação com parceiros de desenvolvimento, contemplando as áreas da formação, do equipamento, do financiamento da produção e da coprodução e difusão televisiva de documentários sobre a Guiné-Bissau . <p>[Ministério da Comunicação Social]</p>			
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

E. Audiovisual e Media	Cinema	<ul style="list-style-type: none"> _ Elaborar uma carta política sobre o setor de cinema e do audiovisual do país; _ Promover a formação e o ensino no âmbito do cinema e audiovisual, bem como da componente da multimédia; _ Apoiar e estimular a iniciativa da produção nacional cinematográfica e audiovisual. [SECJD]	<ul style="list-style-type: none"> _ Adotar uma Política Nacional do Cinema e do Audiovisual; _ Incentivar a divulgação e promoção do cinema e do audiovisual a nível nacional. 	-	-
	Televisão	Ver Imprensa	-	-	-
	Rádio				
Domínios transversais					
Educação e Formação		<ul style="list-style-type: none"> _ Formar e capacitar técnicos e animadores culturais; _ Promover a formação e o ensino no âmbito do cinema e audiovisual, bem como da componente da multimédia. [SEJCD] <ul style="list-style-type: none"> _ Promover iniciativas de valorização do nosso património histórico e simbólico, legado pela luta anticolonial e os que visam a consolidação do Estado 	<ul style="list-style-type: none"> _ Capacitar e Formar quadros nas seguintes áreas: técnicos de Museu, Técnicos Bibliotecários e Arquivistas; Direitos de Autor e Gestão Coletiva, Administração e Cooperação Cultural, Gestão de Atividades culturais e Artísticas, Gestão do Património Cultural, Coreografia e Encenação, Sonoplastia e Música; 	<ul style="list-style-type: none"> _ Integrar a arte, culinária e gastronomia no sistema educativo; Incluir o ensino da cultura no currículo escolar; _ Criar uma Escola Profissional de Artes e Ofícios. 	<ul style="list-style-type: none"> _ Promover a formação de agentes culturais.


		democrático e de direito. [Ministério da Educação Nacional]	<ul style="list-style-type: none"> _ Estabelecer parcerias internas para formação técnica de jovens na área cinematográfica. 		
Legislação		<ul style="list-style-type: none"> _ Criar um quadro jurídico-legal de base que rege o funcionamento das Instituições Culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> _ Elaborar um quadro jurídico para o setor; _ Elaborar e aprovar o dispositivo jurídico-legal que institucionalize as legislações culturais: Código do Direito de Autor e Direitos Conexos; Lei sobre Património Cultural; Decreto-lei sobre Manifestação Culturais; Decreto-lei sobre o Combate a Pirataria e ter em conta a Lei do Mecenato; _ Legislar o setor [cinema e audiovisual], aprovando um pacote de leis (já existentes como proposta): O Estatuto Orgânico do INCA, com a respetiva 	<ul style="list-style-type: none"> _ Institucionalizar os mecanismos de certificação e valorização de produtos culturais; _ Adoptar uma legalização que estimula a institucionalização de festivais, feiras de produtos, de artesanato, de intercâmbios e outros eventos que possam gerar lucros a economia; _ Dotar o setor cultural de uma legislação adequada; _ Lei de bases do património cultural; _ Lei sobre o Direito de Autor e Direitos Conexos que revoga o Código dos Direitos de Autor; _ Lei sobre a comercialização e exportação dos bens culturais; _ Regulamento de espetáculos; _ Regulamento de proteção do património arqueológico; _ Regulamento de aposição obrigatória de selos nos fonogramas; _ Regulamento que estabelece regras de importação e aluguer de 	

			<p>orgânica e lei do quadro; a lei Nacional de Cinema e do audiovisual; o regulamento nacional de fundo de produção de cinema e audiovisual; regulamento técnico e condições de segurança dos recintos ou salas de exibição de filmes.</p>	<p>videocassetes gravadas, etc.;</p> <ul style="list-style-type: none"> _ Atualizar a Legislação depósito legal, que serve de interesse nacional, garantindo a aquisição, a gravação, a preservação e a disponibilidade do património público de uma nação; _ Aplicar as leis que obrigam os órgãos de Comunicação Social na divulgação e promoção das obras de criadores intelectuais nacionais; _ Aplicar a Lei do mecenato em articulação com campanhas de sensibilização. 	
--	--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Europass curriculum vitae



INFORMAÇÃO PESSOAL **Sara Santana**

 967031110

 saragomes.santana@gmail.com

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- 22 jul 15–Presente **Produção**
Os Filhos de Lumière, Lisboa
- Apoio à gestão dos projetos europeus "Moving Cinema" e "CinEd";
 - Organização do ciclo de cinema "Nos Caminhos da Infância", na Fundação Calouste Gulbenkian;
 - Apoio à construção da Mediateca e do Centro de Documentação da Escola das Gaivotas 6;
 - Elaboração de candidaturas a linhas de financiamento;
 - Organização da contabilidade da associação e dos seus projetos.
- 1 set 15–15 set 15 **Produção**
Festival TODOS - Caminhada de Culturas 2015, Lisboa
- Produção dos espetáculos "Curral", de Margarida Mestre, "Point of You", de Ricardo Machado e Anna Réti, e "Manivela", de Jonas Lopes;
 - Acolhimento e gestão de público das exposições "TODOS A OLHAR PARA TRÁS" e "MIGUEL BOMBARDA.MEMÓRIAS", no Hospital Miguel Bombarda;
 - Acolhimento e gestão de público da visita guiada ao Convento da Encarnação;
 - Apoio à produção de atividades transversais;
 - Welcome desk.
- mai 11–Presente **Coordenação de Produção/Gestão de Projeto**
África Mostra-se - Mostra de Cinema e Cultura Africana, Lisboa e Moita
- Concepção de projeto e estabelecimento de parcerias institucionais;
 - Coordenação de equipas;
 - Apoio à programação artística;
 - Gestão de orçamentos;
 - Produção executiva;
- Desenvolvimento de estratégias de comunicação.
- out 12–ago 14 **Produção**
Background - Serviços Profissionais de Produção, Lisboa
- Gestão das companhias;
 - Organização de grupos de público;
 - Planeamento estratégico para a circulação de espetáculos;
 - Desenvolvimento de estratégias de comunicação;
 - Frente de casa e bilheteira.

- jun 12–ago 12 **Produção executiva**
Festival Escrita na Paisagem, Évora e Vila Viçosa
- Produção executiva do programa de concertos;
 - Produção executiva do espetáculo "Divina Commedia", de Mira Sippola;
 - Acolhimento e gestão de público da exposição "Cosmopolíticas", de Ana Dias, na Igreja de São Vicente;
 - Frente de casa do espetáculo "Divina Commedia" e do ciclo de cinema "Sexualidades";
 - Pedidos de licenciamentos de índole vária.
- ago 11–out 11 **Formadora**
ISU - Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária, Cassacá (Guiné-Bissau)
(regime de voluntariado)
- Formadora em Dinamização Comunitária, Metodologia de Projeto, Métodos de Ensino e Ações de Sensibilização para a Importância da Educação na Guiné-Bissau de um grupo de dinamizadores comunitários e de um grupo de professores do ensino primário, na região de Tombali da Guiné-Bissau.
- set 10–jun 11 **Técnica de AEC na área de Expressão Musical**
Cooperativa de Solidariedade Social e Cultural Operária Barreirense, Cidade Sol
- Preparação e organização de aulas de expressão musical para grupos de crianças do ensino pré-escolar.
- nov 09–nov 10 **Assistente de produção**
alkantara | alkantara festival 2010, Lisboa
- Produção executiva da performance "Um só", de Karenina de los Santos, Pedro Faria e Márcia Lança;
 - Gestão do ponto de encontro do festival;
 - Produção executiva da residência artística "Breaking Point(e)", de Fahmi Fadzil e João Evangelista;
 - Frente de casa e bilheteira dos espetáculos "We all go a little mad sometimes", da companhia Cão Solteiro e André Godinho, e "Se uma janela se abrisse", de Tiago Rodrigues;
 - Captação de parcerias e estabelecimento de protocolos institucionais;
 - Apoio à preparação de candidaturas para linhas de financiamento.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Mestranda em Gestão e Estudos da Cultura, especialização Gestão Cultural

ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa

Gestão Cultural, Teorias da Cultura, Marketing Cultural, Organizações, Profissões e Criatividade, Recepção, Fruição e Públicos da Cultura, Estudo de Coleções, Contabilidade e Finanças para Organizações Culturais, Controlo de Gestão para Organizações Culturais

06–09 Licenciatura em Estudos Artísticos, vertente Artes do Espetáculo

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Estágio curricular realizado no Centro Cultural Malaposta de Odivelas – 17 valores

História do Teatro em Portugal, Produção Teatral, Arte Norte Americana, Música e Literatura, Antropologia e Artes Performativas, História do Cinema, Análise Fílmica, História da Arte.

08-12 Curso geral de Canto
Escola de Jazz do Barreiro
Canto, Formação Musical, Harmonia, Combo

04-06 Curso básico de Piano
Conservatório Regional de Palmela
Piano, Formação Musical, Coro

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna Português

Outras línguas	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
inglês	B2	B2	B1	B1	B1

Níveis: A1 e A2: Utilizador básico - B1 e B2: Utilizador independente - C1 e C2: Utilizador avançado
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

Carta de Condução B1, B